

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1 HISTÓRICO	10
1.1 Natureza Institucional	13
1.2 Missão, Visão, Valores, Finalidades e Objetivos	15
2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	17
3 JUSTIFICATIVAS PARA ABERTURA DE UMA NOVA LICENCIATURA EM LETRAS – PORTUGUÊS E CARACTERÍSTICAS DO CURSO	18
3.1 Área de atuação	28
3.2 Competências e habilidades	28
3.2.1 Competências	29
3.2.2 Habilidades	31
3.3 Perfil do egresso	32
4 MATRIZ CURRICULAR	34
4.1 Organização Curricular	35
4.2 Da justificativa para a organização da matriz	44
4.3 Dos diferenciais da proposta de matriz	59
4.3.1 Africanidades e identidades nacionais	60
4.3.2 Tecnologia, Linguagem e Sociedade	61
4.3.3 Disciplinas de Projeto Integrador e Trabalho de Conclusão de Curso	61
4.3.4 Possibilidade de complementação de curso com outra licenciatura	62
4.3.5 Outros diferenciais	63
4.4 Estágio Curricular Obrigatório	65
4.5 Trabalho de Conclusão de Curso	68
4.6 Atividades Complementares	71
4.7 Avaliação	72
5 INFRAESTRUTURA PARA OFERTA DO CURSO	74

5.1	Quadro de docentes	74
5.2	Relação do curso com a Pesquisa.....	74
5.2.1	Grupos de Pesquisa e Grupos de Estudo lotados no Departamento proponente	76
5.3	Relação do curso com a Extensão	79
5.3.1	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)	80
5.4	Administração do curso.....	81
5.4.1	Coordenação do Curso	82
5.4.2	Colegiado do Curso.....	83
5.4.3	Núcleo Docente Estruturante (NDE).....	85
5.4.4	Conselho Departamental	86
5.4.5	Capacitação do Corpo Docente e Administrativo	86
5.4.6	Avaliação do corpo docente	87
5.4.7	Avaliação institucional.....	88
5.4.8	Acompanhamento de egressos	89
5.5	Biblioteca	89
5.6	Laboratórios	90
5.7	Salas de aulas, salas de estudos e auditórios	93
ANEXOS	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Disciplinas de estudos literários.....	46
Tabela 2: Disciplinas de estudos linguísticos.....	46
Tabela 3: Disciplinas de formação específica do professor.....	47
Tabela 4: Disciplina de formação geral do professor.....	47
Tabela 5: Disciplinas de ensino e tecnologia.....	48
Tabela 6: Disciplinas de pesquisa.....	48
Tabela 7: Carga horária de Atividades Práticas como Componente Curricular (APCCs).....	49
Tabela 8: Carga horária de Estágio Curricular Obrigatório.....	50
Tabela 9: Carga horária das disciplinas da dimensão pedagógica.....	50
Tabela 10: Carga horária das disciplinas da dimensão científico-cultural.....	51
Tabela 11: Distribuição das disciplinas por período.....	53
Tabela 12: Resumo da carga horária total.....	55

APRESENTAÇÃO

Este documento congrega os princípios, objetivos e justificativas que orientam a proposta de implantação do Curso de Licenciatura em Letras – Português na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Câmpus Curitiba, baseando-se nas legislações e normas pertinentes, balizadoras das atividades relacionadas ao curso proposto, as quais também acompanham, na forma de referências bibliográficas, o presente escrito. Compõe também a presente documentação o Projeto de Abertura do Curso de Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa, que, conforme Resolução CNE/CES 18, de 13 de março de 2002, explicita o perfil dos f/ormandos, as competências gerais e habilidades específicas a serem desenvolvidas durante o período de formação, os conteúdos de caráter básico e profissional, a estruturação do curso e as formas de avaliação. Às informações exigidas pela referida Resolução, aditaram-se ainda as áreas de atuação do futuro egresso, a composição e caracterização do corpo docente, discente e técnico-administrativo e a infraestrutura e os materiais disponíveis para a implantação do novo curso.

Cumpra acrescentar que a proposta ora apresentada é resultado da necessidade, verificada junto a alunos e professores do atual curso de Licenciatura em Letras – Português/Inglês, de reformulação não apenas da matriz curricular, mas também do próprio curso, de forma a torná-lo mais alinhado às diretrizes nacionais e institucionais e à demanda discente, manifestação já exposta anteriormente no Memorando nº112/13, enviado pelo Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação (DALIC) à Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional e à Diretoria Geral no dia 14 de novembro de 2013. Acresce-se a isso a possibilidade de maior autonomia administrativa para os dois Departamentos que, atualmente, sustentam a dupla licenciatura, a saber, o Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação (DALIC) e o Departamento Acadêmico de Línguas Estrangeiras Modernas (DALEM). Tal autonomia, materializada na implementação de dois novos cursos de Licenciatura em Letras, com habilitação simples, e gradual extinção da atual dupla licenciatura permite que cada faceta do curso, atualmente destinado à formação de professores para ensino de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e respectivas literaturas concomitantemente, possa ser desenvolvida de forma mais vertical e consolidada, uma vez que a carga horária para formação discente sofre aumento significativo com a separação das habilitações, facultando ao aluno, após o término de uma delas, ainda obter o diploma na outra, mediante pedido de permanência

e complementação de estudos, conforme garante a Resolução CNE/CP nº1, de 18 de março de 2011.

A oferta de Licenciatura específica em uma única língua e respectivas literaturas está consoante às Diretrizes Curriculares em que se lê:

o objetivo do Curso de Letras é formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro. **Independentemente da modalidade escolhida, o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais.** Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo. O profissional deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários. (PARECER CNE/CES 492/2001).

O grifo é nosso, e tem por finalidade ressaltar que a preconização do “domínio” dos conteúdos específicos apresenta-se como preocupação central do grupo que elabora este projeto de abertura de curso, no sentido de disponibilizar aos alunos um curso de alto nível teórico-prático. A duração de três anos para uma licenciatura única permite um “domínio” de conteúdos bem mais eficiente do que um curso de dupla licenciatura em quatro anos. Tal interpretação é corroborada por um problema empírico enfrentado pelas duplas licenciaturas de três ou quatro anos em Letras no país: ou privilegia-se uma carga horária direcionada aos cursos de Língua Portuguesa, com carga horária obviamente insuficiente para as Línguas Estrangeiras, o que não garante uma formação de qualidade, nem o domínio necessário na mesma, ou as disciplinas de Língua Inglesa são privilegiadas com uma carga horária mais condizente com as reais necessidades do curso que, no entanto, não são ainda suficientes e, ao mesmo tempo, tornam as horas para a formação dos professores pesquisadores em Língua Portuguesa insuficientes. Tal conjuntura é a que se verifica, em nosso juízo, no atual curso de Letras Português-Inglês, oferecido na UTFPR, em que a carga horária dedicada ao ensino de Língua Inglesa, ainda que absolutamente necessária para a formação de um futuro professor da área, não permite que as disciplinas voltadas para Língua Portuguesa e respectiva Literatura possam gozar da mesma ênfase e qualidade de ensino.

Por fim, cabe o esclarecimento de que o curso aqui proposto possa vir a se distinguir das demais licenciaturas presentemente ofertadas em Curitiba e região, dado

seu viés inovador, especialmente no que concerne à reflexão e mobilização de tecnologias para a produção do conhecimento e formação do professor, tal como se preconiza na Instituição em que se insere. Nesse sentido, encontram-se, na Matriz, disciplinas que propiciam a reflexão sobre as articulações entre Linguagem e Tecnologia e também o domínio de plataformas tecnológicas para elaboração de material didático e veiculação de conteúdo.

1 HISTÓRICO¹

A UTFPR tem sua gênese na criação das Escolas de Aprendizes Artífices em várias capitais do país, em 23 de setembro de 1909, no governo do então presidente Nilo Peçanha. Esta Escola foi inaugurada no Paraná em 16 de janeiro de 1910, em um prédio na Praça Carlos Gomes e seu ensino destinava-se aos jovens das camadas menos favorecidas da sociedade. Na época, os 45 estudantes atendidos recebiam, durante o período matutino, os conhecimentos elementares e, no período vespertino, aprendiam ofícios nas áreas de sapataria, alfaiataria, marcenaria e serralheria e, posteriormente, de pintura decorativa e escultura ornamental.

Em 1936, a Instituição mudou para um local maior, situado na esquina da Avenida Sete de Setembro com a Rua Desembargador Westphalen, onde sua Sede permanece até os dias atuais. Profissionalizando-se cada vez mais, em 1937, a Escola iniciou o ensino em âmbito de ginásio industrial, passando, assim, a ter uma nova denominação a de Liceu Industrial do Paraná.

Com a organização do ensino industrial realizada em todo o país, em 1942, este passou a ser ministrado em dois ciclos: ensino industrial básico, de mestria e artesanal e o ensino técnico e pedagógico. Com esta reforma, instituiu-se a rede federal de instituições de ensino industrial e, a partir daí, o Liceu passou a chamar-se Escola Técnica de Curitiba, ofertando os cursos de Construção de Máquinas e Motores, Edificações, Desenho Técnico e Decoração de Interiores.

Com o acordo de cooperação entre Brasil e Estados Unidos, no campo do ensino industrial, no início dos anos 50, cujo objetivo era a orientação, formação e treinamento de professores da área técnica do Brasil, criou-se a Comissão Brasileiro-Americana Industrial (CBAI) que elevou o padrão de qualidade do ensino técnico, mais especificamente da Escola Técnica de Curitiba, então sede da CBAI.

A partir da reforma do ensino industrial, em 1959, o ensino técnico no Brasil foi unificado pela legislação que, até então, era dividido em ramos diferentes. Com o cotidiano orientado pela Lei nº 5.692/71, a Escola que buscava formar para o trabalho foi transformada na Escola Técnica Federal do Paraná. Sendo considerada como unidade escolar padrão do Estado, a Escola Técnica Federal do Paraná destacava-se por seus

¹ Por se tratar de informações de caráter institucional, acessíveis pelo público em geral, esta seção apresenta o texto publicado no *Plano de Desenvolvimento Institucional da UTFPR* (PDI 2013-2017) tal qual foi reproduzido no referido documento.

cursos de qualidade, passando a ser referência para essa modalidade de ensino no país. Após receber autorização do Ministério da Educação e Cultura, a partir de 1974, a Escola passou a ministrar Cursos Superiores de Engenharia de Operação nas áreas de Construção Civil e Elétrica.

Decorridos quatro anos, em 1978, a Instituição foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR), ofertando os cursos de graduação plena em Engenharia Industrial Elétrica, ênfase em Eletrotécnica e Engenharia Industrial Elétrica, ênfase em Eletrônica/Telecomunicações, Curso Superior de Tecnologia em Construção Civil transformado, a seguir, em Engenharia de Produção Civil e, posteriormente, Engenharia Industrial Mecânica.

O Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC), instituído pelo governo federal, possibilitou a interiorização do CEFET-PR com a implantação de suas Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), segundo à seguinte cronologia: em 1989, na cidade de Medianeira; em 1993 nas cidades de Cornélio Procopio, Ponta Grossa e Pato Branco, sendo que esta última incorporou a Faculdade de Ciências e Humanidades existente na cidade; em 1995, na cidade de Campo Mourão; e, em 2003, na cidade de Dois Vizinhos, com a incorporação da Escola Agrotécnica Federal de Dois Vizinhos.

Como a promulgação do Decreto nº 2.208/97, que extinguiu a possibilidade de se ofertar Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio, a Instituição implantou o Ensino Médio e os Cursos Superiores de Tecnologia e, a partir de então, redirecionou a sua atuação para o Ensino Superior, com expansão também na pós-graduação.

Ancorada por um plano interno de capacitação e ampliado pela contratação de novos docentes com experiência e titulação, a pós-graduação *stricto sensu* ganhou seus primeiros contornos, em 1988, com a implantação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica e Informática Industrial (CPGEI). Em 1995 teve início o Programa e Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE); em 2001 o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e de Materiais (PPGEM), ambos em Curitiba; em 2004, a pós-graduação chega ao interior do Estado com o Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP) em Ponta Grossa; entre 2006 e 2009 são abertos três novos cursos, todos no interior. Com o CPGEI, em 1999, o CEFET-PR oferta seu primeiro curso de doutorado. No interior, os primeiros cursos de doutorado, o Programa de Pós-Graduação em Agronomia (PPGA) em Pato Branco e o PPGEP em Ponta Grossa, começam a

funcionar em 2012. Dos sete programas existentes em 2009, a UTFPR, em pouco mais de uma década, saltou para 28 programas, com 29 cursos de mestrado e seis de doutorado.

Em 2006, o MEC autorizou o funcionamento dos Câmpus Apucarana, Londrina e Toledo, cujo início das atividades foi em 2007; em janeiro de 2008, o iniciou as atividades do Câmpus Francisco Beltrão; em fevereiro de 2011, o Câmpus Guarapuava e, em junho de 2013, foi autorizada a instalação do Câmpus Santa Helena, cujas atividades estão previstas para o primeiro semestre de 2014. Assim, a UTFPR está presente em treze localidades do Estado do Paraná, com os *campi* Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa, Santa Helena e Toledo.

Em 2008, a UTFPR aderiu ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), do Ministério da Educação (MEC), instituído pelo Decreto nº 6.090, de 24/04/2007, que objetivava dotar as universidades federais das condições humanas e financeiras para ampliação do acesso e permanência na educação superior, contribuindo para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública de qualidade. Como resultado desse Programa, a UTFPR vem desenvolvendo e executado projetos e ações para a melhoria dos espaços físicos e de equipamentos, de qualificação e ampliação de seu contingente de recursos humanos, melhorias no processo ensino-aprendizagem e na assistência estudantil, incluindo também de expansão de vagas e de cursos ofertados.

Considerando a trajetória da Instituição voltada para o ensino superior é possível identificar quatro balizas temporais:

- A primeira, em 1974, com inserção institucional no contexto das entidades de Ensino Superior;
- A segunda em 1989, determinada pela expansão geográfica com a implantação das suas UNEDs;
- A terceira, conformada em 1998, com o início da oferta dos Cursos Superiores de Tecnologia; e
- A quarta em 2008, determinada pela adesão ao REUNI.

Os três primeiros balizadores foram essenciais para a gestão diretiva pleitear a mudança institucional de CEFET-PR para a UTFPR junto ao MEC. Tal demanda originou-se na comunidade interna, justificada pelos seus indicadores acadêmicos e pelas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão que a credenciavam como universidade

especializada, conforme o disposto no Parágrafo único do Artigo 53 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394, de 20/12/1996.

Assim, a partir do endosso do então Ministro da Educação Cristovam Buarque e, posteriormente no mandato do Ministro Tarso Genro /2005, foi sancionado o Projeto de Lei nº 11.184 pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 07 de outubro de 2005, que transformou o CEFET-PR na primeira Universidade Tecnológica do país.

A UTFPR conta, atualmente, com mais de 2.400 docentes, 1.000 técnicos-administrativos e cerca de 28.000 estudantes regularmente matriculados em cursos de educação profissional de técnico de nível médio, em cursos graduação nas modalidades de Bacharelados, Licenciaturas e Superiores de Tecnologias e em programas de pós-graduação *stricto sensu*, distribuídos em seus 12 *campi*, já em funcionamento, no Estado do Paraná.

1.1 NATUREZA INSTITUCIONAL

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná, denominada UTFPR, com sede na cidade de Curitiba, oriunda do Centro Federal de Educação Tecnológica Federal do Paraná (CEFET-PR) por força da Lei número 11.184, de 7 de outubro de 2005, é uma autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação, e goza de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar².

Em 1986, o Governo Federal instituiu o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, possibilitando a implantação de Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), assim denominadas, pois seriam instaladas em cidades do interior e estariam vinculadas às Escolas Técnicas Federais ou Centros Federais de Educação Tecnológica estabelecidos nas capitais.

Os principais objetivos do Programa compreendiam: (a) preparar os recursos humanos necessários, com vistas ao acompanhamento da evolução tecnológica dos grandes centros; (b) induzir o desenvolvimento de sua região; e (c) possibilitar a fixação dos jovens nos seus locais de origem, levando até eles uma formação profissional adequada.

² Fonte: UNIVERSIDADE... *Estatuto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná*. (2009)

O processo de interiorização da UTFPR, na época CEFET-PR, procurou atingir todos os quadrantes do Estado do Paraná, implantando-se Unidades de Ensino nas cidades de Medianeira (no Oeste, em 1990), Cornélio Procópio (no Norte, em 1993), Pato Branco (no Sudoeste, em 1993), Ponta Grossa (nos Campos Gerais, em 1993) e Campo Mourão (no Noroeste, em 1995).

Quando do processo de interiorização das atividades do CEFET-PR, os objetivos almejados eram:

- i. ampliar as oportunidades de acesso aos cursos de 2º grau e superiores;
- ii. difundir a tecnologia no interior do Estado, permitindo a adoção e o desenvolvimento de novos processos de produção e de transformação;
- iii. oportunizar maior progresso às regiões em que as Unidades de Ensino foram instaladas, em razão da possibilidade de implantação de parques industriais e tecnológicos, facilitada pela existência de recursos humanos habilitados para operá-los;
- iv. estimular a permanência dos estudantes em suas regiões de origem, uma vez suprida a falta de instituições adequadas para o prosseguimento nos estudos;
- v. estimular o crescimento populacional e o progresso das cidades onde foram instaladas as Unidades;
- vi. oferecer maior grau de satisfação e melhoria do nível de qualidade de vida da população das regiões abrangidas pelas Unidades.

Decorrida mais de uma década do processo de interiorização, observa-se que os objetivos traçados foram integralmente atingidos. Os *campi* da UTFPR tornaram-se referência de ensino público de qualidade nas regiões onde estão implantados. Cada Câmpus, dada a forma como a gestão universitária foi implantada, incorpora e mantém os princípios e os valores historicamente estabelecidos, entre os quais se destacam:

- i. uma instituição de “muros rasos”, na qual a interação com a comunidade orienta as políticas de ensino, pesquisa e extensão;
- ii. o respeito às características de cada região, orientando a oferta de cursos que atendam às demandas locais e regionais;
- iii. a integração com o segmento empresarial, como estratégia de oportunidades à comunidade interna, buscando ampliar a oferta estágios/empregos aos alunos/egressos da Instituição;

- iv. o estímulo ao desenvolvimento de projetos e serviços cooperativos universidade-empresa;
- v. a atualização dos currículos em consonância com a tecnologia empregada pelos concedentes de estágio/emprego aos alunos/egressos da Instituição;
- vi. a promoção e o apoio às atividades extensionistas, levando às comunidades locais e regionais a produção acadêmica desenvolvida pela Universidade, contribuindo para a emancipação econômica e social dessas regiões;
- vii. a participação nas iniciativas locais de incubadoras e parques tecnológicos, como estímulo ao desenvolvimento regional; e
- viii. a participação nas manifestações culturais, artísticas, científicas, esportivas e educacionais, promovidas pelas comunidades locais e regionais.

Tais objetivos e valores deverão ser incorporados aos novos *campi* da UTFPR, nas cidades de Londrina, Apucarana e Toledo, que passaram a integrar o complexo educacional da Universidade.

1.2 MISSÃO, VISÃO, VALORES, FINALIDADES E OBJETIVOS

a) Missão

Desenvolver a educação tecnológica de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão, interagindo de forma ética, sustentável, produtiva e inovadora com a comunidade para o avanço do conhecimento e da sociedade.

b) Visão

Ser modelo educacional de desenvolvimento social e referência na área tecnológica.

c) Valores:

Ética: gerar e manter a credibilidade junto à sociedade;

Desenvolvimento Humano: formar o cidadão integrado no contexto social;

Integração Social: realizar ações interativas com a sociedade para o desenvolvimento social e tecnológico;

Inovação: efetuar a mudança através da postura empreendedora;

Qualidade e Excelência: promover a melhoria contínua dos serviços oferecidos para a satisfação da sociedade;

Sustentabilidade: assegurar que todas as ações se observem sustentáveis nas dimensões sociais, ambientais e econômicas.

d) Finalidades

As finalidades da UTFPR, definidas na Lei nº 11.184/2005, são:

I - desenvolver a educação tecnológica, entendida como uma dimensão essencial que ultrapassa as aplicações técnicas, interpretando a tecnologia como processo educativo e investigativo para gerá-la e adaptá-la às peculiaridades regionais;

II - aplicar a tecnologia, compreendida como ciência do trabalho produtivo, e o trabalho como categoria de saber e produção; e

III - pesquisar soluções tecnológicas e desenvolver mecanismos de gestão da tecnologia, visando a identificar alternativas inovadoras para resoluções de problemas sociais nos âmbitos local e regional.

e) Objetivos

A UTFPR tem, de acordo com o *Plano de Desenvolvimento Institucional* (2013-2017), os seguintes objetivos:

- i. construir uma identidade própria para a UTFPR, sem desconsiderar o conhecimento acumulado em quase cem anos de existência da Instituição;
- ii. explicitar em seus valores, a atuação prioritária na área tecnológica;
- iii. articular o ensino, a pesquisa e a extensão;
- iv. orientar a mobilidade acadêmica, nacional e internacional;
- v. ampliar a articulação e a interação com a comunidade externa; e
- vi. estabelecer a gestão com sistema de representação de todos os segmentos nos planos e ações nas diversas instâncias da Universidade.

A proposta de implantação de novo curso aqui apresentada está, como poderá ser verificado ao longo deste documento, afinada com os objetivos da Instituição em que se insere, além de contribuir, especificamente no âmbito das licenciaturas, para continuar atingindo tais metas.

2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

O Curso de Licenciatura em Letras – Português da UTFPR, Câmpus Curitiba, tem como objetivo formar profissionais para atuarem como professores de Língua Portuguesa como língua materna e/ou de literaturas de Língua Portuguesa na educação básica.

Denominação do Curso: Licenciatura em Letras – Português

Titulação conferida: Licenciado em Letras – Português

Nível do Curso: Graduação

Modalidade do curso: Curso regular de formação inicial.

Duração do Curso: Prazo mínimo de 06 semestres e prazo máximo de 10 semestres, de acordo com o Anexo 1 do *Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação da UTFPR* – Resolução nº 112/10 – COEPP.

Área de Conhecimento: Letras, Linguística e Literatura.

Habilitações: Licenciatura para docência, na educação básica, em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa.

Regime escolar: Periódico semestral, com matrícula por disciplina.

Processo de Seleção: Admissão dos alunos pelo SISU/MEC

Número de vagas semestrais previstas por turma: 44

Turno previsto: noturno e vespertino (entradas alternadas)

Ano de início de funcionamento do Curso: 2015/2

3 JUSTIFICATIVAS PARA ABERTURA DE UMA NOVA LICENCIATURA EM LETRAS – PORTUGUÊS E CARACTERÍSTICAS DO CURSO

Para justificar a oferta ora apresentada, é necessário considerar alguns aspectos da conjuntura em que esta proposta se insere. Em primeiro lugar, como referenciado anteriormente, o curso atende plenamente os objetivos da UTFPR, quais sejam, “ministrar em nível superior, cursos de graduação, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores e especialistas para as disciplinas dos vários níveis e modalidades de ensino no âmbito da educação tecnológica” (Lei 11.184/2005).

Em segundo lugar, o atual curso de Letras – Português-Inglês ofertado na Instituição teve boa recepção por parte da sociedade em que está inserido e da comunidade acadêmica, tendo em vista a oferta de cursos de Letras por inúmeras faculdades e universidades particulares. A possibilidade de desenvolvimento de seus estudos em mais uma universidade pública e de qualidade se tornou, assim, bastante atrativa àqueles que têm interesse no campo das Letras, conforme se verifica na quantidade de matrículas efetuadas em todos os semestres em que o curso foi oferecido, bem como na quantidade de alunos que, mesmo tendo interesse no curso, não foram contemplados com uma vaga.

Por fim, o Câmpus Curitiba dispõe de corpo docente qualificado e de infraestrutura adequada e disponível para abertura de um curso de habilitação simples em Língua Portuguesa. Ambos são detalhados no Capítulo 5 deste documento.

Além das referidas justificativas e da capacitação dos docentes envolvidos com a Educação, com a Pesquisa e com a Extensão, lotados no Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação (DALIC), esses docentes, por meio de processo democrático, manifestaram o desejo de elaboração de novo curso de licenciatura simples que estivesse mais adequado às suas perspectivas teórico-pedagógicas, e que contemplasse os critérios de excelência acadêmica desta Instituição e do Ministério da Educação.

Tal desejo advém do descontentamento com a atual formatação do curso que, apenas a título de exemplo, aglutina disciplinas inadequadamente se considerarmos o aspecto teórico envolvido; além disso, a atual matriz não equaciona problemas como o tempo de graduação inadequado para as duas licenciaturas, carga horária insuficiente para as áreas de Língua Portuguesa e respectivas Literaturas, excesso de disciplinas por

período e formação deficitária de futuros professores, pesquisadores e professores-pesquisadores, além da alta quantidade de disciplinas diferentes que compõem a grade horária do professor. Apenas a título de exemplo deste último caso, que afeta sobremaneira os docentes do Departamento, um dos professores de Literatura tem, no segundo semestre de 2014, 12 horas de sua carga horária destinadas à ministração de aulas. Tal quantidade, em si, não é problemática. O problema reside no fato de esse mesmo professor distribuir essas 12 horas em 4 disciplinas diferentes, o que faz com que tenha que preparar e estudar conteúdos por vezes bastante diferentes entre si. A carga horária que esse professor dedica ao estudo e preparação de aulas, que muitas vezes nem mesmo se alinham a seu objeto ou interesse pessoal de pesquisa, poderia ser dedicada a menos disciplinas com mais créditos, otimizando o tempo e o conhecimento do docente. Além disso, tal problemática não se restringe a apenas alguns professores: não é a exceção, mas, sim, a regra.

Além do exposto, tal descontentamento não se restringe apenas aos docentes. Os alunos, por sua vez, apresentam grande dificuldade para conciliar as diversas disciplinas obrigatórias de determinado período com a quantidade de leituras e, principalmente, com a necessidade que muitos apresentam, paralelamente à graduação, de desenvolver também alguma atividade remunerada, seja em trabalhos fora da Instituição, muitas vezes desvinculados da área em que estão em formação, seja com bolsas de pesquisa ou de extensão, que igualmente demandam tempo e dedicação do discente. Ademais, verifica-se que um número significativo de acadêmicos não tem interesse em cursar dupla licenciatura, tendo sua formação na área de interesse condicionada ao estudo de outra área que não lhe satisfaz.

Em termos práticos, muitos alunos que gostariam de se dedicar ao estudo da Língua Portuguesa, por exemplo, se veem obrigados a cursar, também, disciplinas de Língua Inglesa, o que acaba afetando seus desempenhos por não poderem se dedicar integralmente ao estudo da língua nacional. Além disso, não são raros casos de abandono de curso pela dificuldade encontrada no aprendizado de uma língua estrangeira, como na situação da Língua Inglesa na atual formatação do curso. Na impossibilidade de obter desempenho satisfatório nas disciplinas de língua estrangeira, alguns alunos optam por pleitear ingresso em outra universidade que tenha, em seu rol de cursos, licenciaturas simples.

Dessa forma, a decisão de criação de uma licenciatura única de Língua Portuguesa tem como objetivos principais:

a) Formação de excelência para o egresso e vinculação entre ensino, pesquisa e extensão: a atual licenciatura dupla onera os alunos com um grande número de disciplinas a serem cursadas em um mesmo período, prática, inclusive, antipedagógica. Nessa conjuntura, o rendimento discente se afasta do satisfatório e está em desacordo com os critérios de excelência anteriormente aludidos. A licenciatura única, apesar de tempo mais exíguo para integralização dos créditos, permite a verticalização do ensino em disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura, tão pouco explorados na atual matriz de dupla licenciatura. Alia-se a isso a possibilidade de, com menor carga horária em sala de aula, os alunos dedicarem mais tempo para atividades práticas supervisionadas (APSs)³, que garantem a flexibilidade do currículo, e outras atividades como grupos de pesquisa e extensão, essenciais para a formação do professor-pesquisador que se espera de um curso de Letras em uma universidade tecnológica. Com isso, pretende-se tornar mais adequada a formação de futuros docentes para a educação básica, uma vez que é um dos deveres das instituições públicas formar profissionais aptos a não só ministrarem aulas de qualidade nesse nível de ensino, mas também capazes de atuar na organização do conhecimento de seus futuros alunos, na produção de currículo e outras tecnologias condizentes com as mudanças atuais na prática pedagógica, e capazes de dar prosseguimento à formação continuada, exigida dos atuais profissionais da educação;

b) Possibilidade de realização de estudos em nível de pós-graduação: a abertura de Mestrado Acadêmico em Estudos de Linguagens, cuja área de concentração se denomina Linguagem e Tecnologia, oferecido pelo DALIC, tornou possível a elaboração de um currículo para a nova Licenciatura em Letras que permita aos alunos seguirem seus estudos em nível de pós-graduação. Isso se dá pelo alinhamento das disciplinas, voltadas tanto para a formação do professor quanto para os aspectos linguísticos *stricto sensu* e de

³ As Atividades Práticas Supervisionadas (APSs) constituem uma modalidade de disciplina própria da UTFPR. Segundo o regimento da Instituição, tais unidades curriculares constituem-se de “atividades desenvolvidas sob a orientação e supervisão de docentes e realizadas pelos discentes, em horários diferentes daqueles destinados às atividades presenciais. São consideradas atividades práticas supervisionadas: as atividades em laboratório, desenvolvimento de projetos, estudos dirigidos, trabalhos individuais e em grupo, atividades de campo, oficinas, seminários, desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, dentre outras.” Essa questão é mais bem explorada no item 4.1 deste documento.

formação cultural, sem se perder de vista o viés tecnológico que deve permear nossos cursos. Enfatiza-se também que o Mestrado Acadêmico possibilita a formação de mais grupos de estudo e pesquisa, de forma que os alunos de graduação possam, ao longo de seus estudos, também tomar parte em discussões de alto nível e, paulatinamente, se inserir no contexto de pesquisa e debate que norteia o funcionamento de um curso superior, contribuindo para a formação plena de professores-pesquisadores, capazes de refletir sobre sua prática docente e de gerar alternativas para os problemas encontrados em sua prática profissional;

c) Atendimento a uma classe de alunos preterida pela atual matriz: como apontado anteriormente, a atual matriz de dupla licenciatura não contempla o aluno que deseja ter formação específica em apenas um idioma, tampouco permite, pela alta quantidade de disciplinas e significativa carga-horária em sala de aula, que os alunos participem de outras atividades fundamentais para seu desenvolvimento humano e pedagógico, tais como grupos de estudo, grupos de pesquisa, bolsas de iniciação à docência, participação em seminários e congressos etc. A diminuição do tempo para integralização do curso, passando para 06 (seis) semestres, possibilitará a entrada dos egressos mais cedo no mercado de trabalho, suprimindo algumas necessidades apontadas ainda nesta seção. Além disso, a mudança no turno de oferta do curso, passando para o período noturno, também traz implicação importante: permite que, concomitantemente a seus estudos, aqueles alunos que precisam desenvolver atividades laborativas remuneradas possam exercê-las, incluindo atividades diretamente relacionadas à sua formação, como estágios na área de Letras, por exemplo;

d) Otimização de recursos humanos: o atual número de professores do DALIC atende a exigência em termos de quantidade e qualidade para ministração de disciplinas nas áreas de Linguística, Língua Portuguesa e Literaturas desse idioma. Em vista disso, é possível constatar que a carga horária atual faz com que alguns docentes, especialmente aqueles da área de Linguística, sejam subutilizados na atual dupla licenciatura, uma vez que têm preenchido mais da metade de sua carga horária em sala de aula com disciplinas que atendem outros cursos, em disciplinas muitas vezes distantes de sua especialidade. Assim, a licenciatura única possibilitará aos docentes atuarem em suas áreas específicas

de formação, oferecendo à sociedade retorno adequado dos investimentos públicos realizados em sua formação e capacitação;

e) Relação do curso de Letras com o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional): às páginas 34 e 35 do Plano de Desenvolvimento Institucional da UTFPR, lemos que

as transformações contínuas desencadeadas pela ciência e tecnologia, que se operam não apenas no trabalho, mas em todas as esferas da sociedade, gera[m] contradições entre avanços e riscos, e que exigem formação humana baseada na apropriação crítica dos saberes tecnológicos, de forma a permitir articulação entre as relações sociais e as de produção para a tomada de decisões.⁴

Dessa forma, a Licenciatura em Letras com formação em Língua Portuguesa se enquadra na filosofia da Universidade não só no que tange ao planejamento para desenvolvimento de pesquisa e formação de qualidade, mas também ao alinhamento a uma nova perspectiva para a formação de professores pesquisadores no Brasil que, como apontado no referido documento, estarão aptos a se apropriar criticamente dos saberes tecnológicos necessários para o exercício de sua profissão na contemporaneidade. Com isso em mente, atenção especial foi dedicada ao que chamamos, na matriz do novo curso ora proposto, de “núcleo de disciplinas com viés tecnológico”. Ainda que outras instituições de ensino superior federais tenham cursos de Letras com diversas disciplinas vinculadas à tecnologia, nenhum desses cursos possui um direcionamento para a relação da tecnologia com a formação docente, como o que propomos aqui. Dito de outra maneira: o curso se alinha à pesquisa e à formação docente estreitamente vinculada à tecnologia, tal qual a UTFPR coloca como missão e filosofia. Assim sendo, o curso de Letras-Português assume a responsabilidade de trabalhar em nossos discentes a formação humana, aliada a uma criticidade e a uma autonomia sobre os usos da tecnologia, vinculados ao trabalho docente, ao desenvolvimento cognitivo discente e à pesquisa;

f) Redução do tempo de graduação e internacionalização: a partir dos pareceres dados pelo Conselho Nacional de Educação, de uma tendência de redução de tempo de formação nos cursos de licenciatura no país, e de acordos internacionais, como o Tratado de Bolonha, observa-se que a redução da carga horária está em consonância

⁴ Disponível em: http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/couni/processos/PDI20132017/VERSAO26122013_aprovado_COUNIMEC.pdf. Acesso em 05 de dezembro de 2014.

com o que é apregoado pelos documentos supracitados. Tal redução visa à internacionalização do curso, estabelecendo parcerias com universidades estrangeiras, o que possibilita uma formação acadêmica que amplie aspectos de formação cultural e alteridade; afinal, as fronteiras culturais são ultrapassadas com o intento de interagir com outros países no que diz respeito à cultura, à pesquisa e à troca de influências. Por outro lado, a redução de carga horária em sala possibilita a participação em grupos de pesquisa, dedicação maior ao estágio de formação docente, participação e desenvolvimento de ações extensionistas associadas à educação nas disciplinas de *Projeto Integrador*, voltadas para a relação entre a formação em Letras e tecnologia.

Além das questões administrativas e pedagógicas que justificam a implantação de um curso de licenciatura simples, é necessário tecer ainda algumas considerações sobre a relevância e a importância de um curso de Letras dentro de uma universidade pública com matiz tecnológico.

No que tange à Língua Portuguesa, a formação em nível básico de alunos capazes de utilizá-la com competência em diferentes esferas da vida social tem sido tema de debates constantes entre pesquisadores e educadores da área de ensino em língua materna. A defasagem do ensino pode ser verificada, inclusive, em estudos mundiais, como o realizado pela UNESCO, em 2011, para classificar os países segundo o seu nível de educação, cujos critérios se pautam, entre outras coisas, precisamente no domínio da língua materna. Nesse estudo⁵, o Brasil ocupou, no *ranking* final, a 88ª posição entre os 127 países em que foi possível a obtenção de dados suficientes para análise e comparação. Dessa forma, o índice de desenvolvimento da educação no País foi considerado médio, ficando atrás, inclusive, de Argentina, Chile e México, os únicos países da América Latina com índices considerados altos. Ainda que o Brasil seja um dos países que mais investiu e tem investido em educação nos últimos anos, a deficiência na área se materializa de forma mais perceptível quando o que está em jogo não é a quantidade de alunos em fase escolar que estão cursando a educação básica, mas, sim, a avaliação do grau de letramento⁶ da população, que manifesta a incapacidade de muitos alunos de fazer uso

⁵ Fonte: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/ED/pdf/gmr2011-efa-development-index.pdf>. Acesso em 04 de setembro de 2014.

⁶ Os estudos mais recentes na área de Linguística Aplicada diferenciam o aluno alfabetizado do letrado. Ainda que a alfabetização seja condição essencial do letramento, a primeira caracteriza-se apenas como domínio do código escrito, enquanto o segundo preza pelo desenvolvimento da escrita e da leitura como práticas sociais, inseridas em um contexto sócio histórico específico, no qual a língua desempenha um papel central. Sobre isso ver, entre outros, os livros de Magda Soares, como *Alfabetização e Letramento* (Contexto, 2003) e *Letramento: um tema em três gêneros* (Autêntica, 1998).

especialmente da língua escrita, tanto para a produção de textos escritos, quanto para a leitura de textos dos mais diversos gêneros.

Sobre a leitura, especificamente, os dados são preocupantes: na última avaliação da educação básica⁷, promovida pelo Ministério da Educação em 2011, a maior parte dos alunos completando o ensino fundamental ou médio foi classificada em um estrato mediano de proficiência em Língua Portuguesa. Ainda mais alarmante é o fato de que, considerado todo o território nacional, quase metade dos alunos submetidos à avaliação (49,81%) teve desempenho igual ou inferior ao estrato 6, em uma escala que vai do Nível 0 ao Nível 9. No Estado do Paraná, entretanto, os números são ainda mais perturbadores: tanto no ensino fundamental, cujo instrumento de avaliação é a *Provinha Brasil*, quanto no médio, avaliado pelo *Exame Nacional do Ensino Médio* (Enem), o estado obteve a menor média de proficiência entre todos os estados da região sul e sudeste. Ainda, o número de alunos com proficiência avaliada em Nível 6 ou abaixo é superior à porcentagem nacional. Em outras palavras, há mais alunos com nível de proficiência médio ou baixo no estado do que em boa parte das outras unidades federativas.

Essa avaliação nos mostra que, apesar da ampliação do ensino, que praticamente garantiu a universalidade do ensino para crianças em idade escolar, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases, a qualidade da educação não gozou do mesmo sucesso. Assim, torna-se necessário investimento no futuro corpo docente para que possa haver melhora no quadro atual.

Já no que diz respeito aos estudos literários de nosso idioma, alguns aspectos inerentes ao próprio sistema linguístico são importantes para a assimilação do conteúdo, quais sejam, o estilo, o trabalho com a gramática e com a linguagem, os mecanismos de construção de efeito e sentido, os aspectos formais da obra, a reflexão sobre variantes linguísticas sincrônicas e diacrônicas – considerando aqui também a literatura clássica produzida em português –, e a experiência estética com a própria linguagem.

Em perspectiva complementar, a Literatura proporciona acesso único aos valores culturais de toda a humanidade através de conteúdos associados a outros campos do conhecimento, como a História, a Filosofia, as Artes Plásticas, a Sociologia e, inevitavelmente na contemporaneidade, a Tecnologia. Obviamente, essas relações não se

⁷ Fonte:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/resultados/2012/Saeb_2011_primeiros_resultados_site_inep.pdf. Acesso em 04 de setembro de 2014.

efetivam apenas em tais áreas do conhecimento; no entanto, são elas que mais contribuem para a experiência de formação de alteridade, de compreensão da identidade de um indivíduo ou de uma sociedade.

Dessa forma, oportuniza-se a reflexão sobre o indivíduo, sobre o coletivo, sobre a relação entre o sujeito e o objeto e ainda sobre a própria arte. Como extensão disso, o discente problematiza o mundo para si e para seus futuros alunos, aprofundando e questionando, através de sua formação em linguagens artísticas e humanidades, o mundo no qual está inserido. Por último, a inserção da tecnologia nesse contexto é primordial como ferramenta para aquisição da língua e compreensão da Literatura, ou seja, uma ponderação sobre o uso da tecnologia na educação se faz premente para que se compreenda o espaço de atuação da primeira e sua efetiva contribuição para a educação.

Para tanto, o Curso de Graduação em Letras, além de atender às demandas do mundo do trabalho, pode melhorar a qualidade de ensino no Estado do Paraná, pois, inserido numa federação com índices de letramento e compreensão tão baixos, conforme os já citados exames realizados pela UNESCO, a contribuição dos cursos de Licenciatura de uma universidade pública deve estar vinculada a uma necessária transformação da educação no País.

Ainda nessa conjuntura, a *Sinopse Estatística da Educação* de 2013⁸, publicada pelo INEP, revela que o Estado do Paraná possui 125.276 professores atuando regularmente na educação do Estado. Desses, 107.856 têm formação superior, mas apenas 97.506 são formados em cursos de licenciatura, que, em oposição aos cursos de bacharelado, formam especificamente profissionais para atuar no ensino básico. Nota-se, assim, a disparidade entre o número de profissionais e aqueles que detêm efetivamente a formação específica para atender essa demanda.

Ao mesmo tempo, é preciso considerar que, segundo o *Boletim de Resultados do Censo Escolar*, desenvolvido pela Secretaria de Educação do Estado e publicado em 2014, mais de 25.000 professores terão idade para se aposentar nos próximos 10 anos. Confrontando tal dado com o número de professores com, no máximo, 24 anos (que é de apenas 3.000), é perceptível que, muito em breve, haverá falta de professores na Rede Estadual do Paraná⁹. Assim, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com a

⁸ Disponível em: <http://www.inep.gov.br> Acesso em: 04/09/2014.

⁹ Fonte: Seed/Sude/Diplan. Coordenação de Informações Educacionais. *Boletim de Resultados do Censo escolar*, publicado em 2014. Disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/Censo/boletim_censo_escolar_ed6.pdf

reformulação de seu atual Curso de Letras, contribui para reduzir a evasão ocorrida na profissão nos últimos anos, oportuniza um curso de excelência na formação para o ensino de língua materna e contribui socialmente para reduzir a futura carência de profissionais na área do ensino.

Por último, e também alarmante, é o levantamento feito pelo INEP¹⁰ (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), ligado ao Ministério da Educação (MEC), indicativo de que há, atualmente, um déficit de 254 mil professores nas escolas públicas do país, o que torna ainda mais necessário o investimento em cursos para formação de professores. Desta forma, o fechamento da dupla licenciatura em Letras e a abertura de duas licenciaturas simples em Letras (a desta proposta, Letras-Português - ofertada pelo DALIC, e a Licenciatura Letras-Inglês, ofertada pelo DALEM) possibilitam que a quantidade de vagas atual seja dobrada. Ao mesmo tempo, o curso organizado em três anos permite que o aluno retorne para fazer uma segunda licenciatura em língua inglesa na UTFPR ou em outras universidades, solicitando aproveitamento de créditos cursados no curso de Letras Português.

É preciso salientar, ainda, que embora tenhamos grandes diferenças de formação entre os países europeus e o Brasil, se a UTFPR busca a internacionalização, precisamos ter uma aproximação curricular com a Convenção de Bolonha, a qual prediz que é possível ao aluno, em três anos de graduação, mais 2 equivalentes ao nosso mestrado, ter uma formação voltada para a reflexão, com domínio de conceitos e capacidade de analisar e resolver problemas complexos. No formato atual da licenciatura na UTFPR, o aluno levaria, em média, 7 anos para essa mesma formação. Nossa perspectiva é de que, com um bom encaminhamento de ensino, com especificidades mais claras como as propostas neste projeto, com previsão de carga horária para estudos com APS bem aplicadas, nossos alunos têm a mesma possibilidade de realizar com qualidade sua formação, sem perdas, ao contrário, ampliando o tempo para reflexão daqueles conteúdos que são essenciais para um licenciado.

Em outra perspectiva, dado o alto desinteresse dos ingressantes por cursos de Licenciatura por motivos diversos, incluindo-se aqui a baixa remuneração que o professor formado encontra no mercado de trabalho, para um curso com, no mínimo, 04 (quatro) anos, a divisão dos cursos possibilita uma redução substancial para 03 (três anos) sem

¹⁰ Fonte: Inep. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escassez1.pdf>

qualquer prejuízo para o formado. Não há prejuízo, pois ao compararmos a Matriz atual com as duas propostas, o discente de graduação em Letras, seja ela em Português ou Inglês, terá uma oferta de disciplinas específicas em cada uma das Licenciaturas.

Tais aspectos são relevantes. No entanto, é o relatório intitulado *Escassez de professores no Ensino Médio: propostas estruturais e emergenciais*, produzido pela comissão especial para estudar medidas que visem a superar o déficit docente no Ensino Médio, instituída pelo Ministério da Educação, em parceria com o Conselho Nacional de Educação e com a Câmara de Educação Básica, que demonstra primeiramente a necessidade de contenção da evasão dos cursos de Licenciatura em Letras e também da reestruturação desses cursos. Com relação a esse último aspecto, o documento é enfático ao afirmar que:

não há como melhorar a qualidade da educação básica se as instituições de educação superior, em especial as federais, não forem convocadas e estimula das a priorizar a formação inicial e continuada dos recursos humanos que vão atuar na educação básica. Cabe a elas, em cooperação com organismos governamentais de todos os níveis, debater, propor e desenvolver ações e projetos específicos para a formação de educadores para suprir as principais carências do sistema educacional. A elas, primordialmente, compete a tarefa de viabilizar, do ponto de vista metodológico, com base científica e senso prático, uma efetiva rede nacional de centros de formação inicial e continuada e de aperfeiçoamento de professores.¹¹

Além disso, o documento, em meio a várias sugestões para contornar a escassez de professores, também destaca que “é indispensável, por conseguinte, a revisão dos currículos das licenciaturas plenas – como já se fez com o Curso de Pedagogia – e a criação de licenciaturas abrangentes (licenciatura por área)” (Idem, Ibidem). Destarte, percebe-se que a proposta aqui apresentada alinha-se às necessidades divulgadas em âmbito nacional para melhoria dos cursos de licenciatura, tornando a formação de professores na UTFPR compatível com princípios e diretrizes advindas de esfera federal, seja no que diz respeito ao tipo de profissional formado, seja no que diz respeito à redução do curso para 03 (três) anos.

Por extensão, forma-se um público potencial de professores para desenvolverem pesquisa em nível de pós-graduação, pois a formação de quadros para substituir os atuais professores universitários também é uma demanda que se efetivará em nível nacional e regional para um futuro próximo. Desse modo, é extremamente importante e plenamente justificável a implantação de cursos de licenciatura nas instituições públicas de ensino.

¹¹ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escassez1.pdf> Acesso em 19/08/2014.

3.1 ÁREA DE ATUAÇÃO

Conforme parametriza o parecer CNE/CES 492 de 03/04/2001, as diretrizes curriculares nacionais para o curso de Letras preveem, como objetivo do curso, “formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro”¹². Além disso, o documento ressalta que, independentemente da modalidade escolhida,

o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. [...] O profissional, deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários.¹³

Tendo em vista essas características na formação do futuro docente de Língua Portuguesa, o licenciado em Letras – Português poderá, em sua atuação profissional:

- i. ministrar aulas de Português no Ensino Fundamental e de Português e de Literatura Portuguesa e Brasileira no Ensino Médio;
- ii. atuar como professor de Português para falantes de outras línguas e em cursos diversos ligados ao ensino da língua materna;
- iii. trabalhar em áreas ligadas ao ensino da língua materna;
- iv. desenvolver atividades editoriais (como revisor de edições acadêmicas e comerciais);
- v. participar de grupos de pesquisa e em cursos de pós-graduação como pesquisador nas áreas de Linguística, Letras e Artes.

3.2 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

De acordo com documentos parametrizadores de nível nacional, são descritos, a seguir, as competências e habilidades dos egressos de cursos de Letras.

¹² Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf> Acesso em: 19/08/2014.

¹³ Idem. Ibidem.

3.2.1 Competências

O profissional da área de Letras é identificado por um conjunto de competências e habilidades que devem ser desenvolvidas ao longo do período de formação em nível superior.

No que concerne às competências, as referidas Diretrizes Curriculares elencam:

- i. domínio da Língua Portuguesa, nas suas manifestações oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos;
- ii. reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno filosófico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;
- iii. visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias que fundamentam sua formação profissional;
- iv. preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mundo do trabalho;
- v. percepção de diferentes contextos interculturais;
- vi. domínio dos conteúdos básicos que são objetos dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- vii. domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino; [...]¹⁴

Às Diretrizes legais, podemos ainda acrescentar o desenvolvimento das seguintes competências:

- i. raciocínio lógico, analítico, crítico e sintético;
- ii. organização, expressão e comunicação do pensamento, de maneira apropriada às diferentes situações de uso da língua;
- iii. utilização de metodologia de investigação científica;
- iv. apropriação e desenvolvimento de recursos tecnológicos necessários ao exercício profissional;
- v. operacionalização e problematização do seu próprio percurso de pesquisa, tanto para aprimorar e aprofundar os conhecimentos adquiridos quanto para responder aos novos desafios do ensino de língua portuguesa e suas literaturas;

¹⁴ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf> Acesso em: 19/08/2014.

- vi. reflexão sobre seu entorno social, aplicando, de modo crítico e reflexivo, os conhecimentos adquiridos a fim de intervir na realidade educacional e social como sujeito e cidadão.

Acresce-se ainda que, de acordo com a LDB 9.394/96, o resultado do processo ensino-aprendizagem deverá ser a formação de um profissional que, além da base específica consolidada, esteja apto a atuar de forma interdisciplinar em áreas afins. Uma breve exemplificação que fazemos aqui é o estabelecimento de relações com as Ciências Humanas (História, Geografia, Antropologia, Ciências Sociais) e com as mais diversas Linguagens artísticas (Arquitetura, Música, Escultura, Pintura, Teatro, Dança, Cinema). Em ambas as grandes áreas e no curso de bacharelado em Comunicação, também oferecido pelo Departamento proponente deste novo curso, há uma relação de proximidade pelo fato de as pesquisas desenvolvidas pelos professores terem um caráter interdisciplinar que, aos poucos, reflete também sobre as possíveis conexões com a tecnologia. Ademais, ao longo da elaboração deste projeto, houve grande preocupação em aproximá-lo das linhas de pesquisa do mestrado do DALIC para que não se formem apenas professores, mas também pesquisadores interessados em aprofundar seus estudos nas linhas de pesquisa propostas pelo curso de pós-graduação *stricto sensu* em Estudos de Linguagem – PPGEL. Tais linhas dizem respeito às *Estéticas contemporâneas, modernidade e tecnologia* e aos *Multiletramentos, discurso e processos interacionais*, sendo ambas pormenorizadas mais adiante neste projeto.

O profissional dessa área deverá, ainda, ser capaz de interagir, com a pluralidade das formas de expressão e com os valores linguísticos e literários, além de estar comprometido com a ética, com a responsabilidade social e educacional, e com as consequências de sua atuação no mundo do trabalho. Deverá ter, também, capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e comunicar-se dentro da multidisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a graduação em Letras. Finalmente, deverá ampliar o senso crítico necessário para compreender a importância da busca permanente da educação continuada e do desenvolvimento profissional.

3.2.2 Habilidades

Em complementação às competências antes explanadas, o profissional licenciado em Letras – Português deve reunir as seguintes principais habilidades específicas:

- i. descrever e entender as características fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas, semânticas, pragmáticas, textuais e discursivas de variedades da língua portuguesa em diferentes contextos;
- ii. ler e analisar criticamente textos literários e identificar relações de intertextualidade entre obras da literatura em língua portuguesa e da literatura universal;
- iii. estabelecer e discutir as relações dos textos literários com outros tipos de discursos e com os contextos sociais, econômicos e culturais em que se inserem;
- iv. relacionar o texto literário com os problemas e concepções dominantes na cultura da época em que foi escrito e com os problemas e concepções do presente;
- v. interpretar textos de diferentes gêneros e registros linguísticos e explicitar os processos ou argumentos utilizados para justificar tal interpretação;
- vi. compreender, de acordo com as diferentes teorias, os fatos linguísticos e literários e conduzir investigações sobre linguagem e problemas relacionados ao ensino-aprendizagem de língua portuguesa;
- vii. compreender e aplicar diferentes teorias e métodos de ensino que permitam a transposição didática dos conhecimentos sobre a língua e a literatura para a educação básica;
- viii. utilizar a tecnologia como suporte para aperfeiçoar as reflexões em aula, considerando seu auxílio no entendimento da produção de conhecimento;
- ix. desenvolver novas tecnologias para a produção do conhecimento, de acordo com as necessidades pedagógicas e sociais nos contextos de formação em que atuarem profissionalmente;
- x. vincular a produção de material pedagógico em novas tecnologias à criticidade inerente a um leitor crítico dos textos e do mundo no qual está inserido;
- xi. aperfeiçoar currículos escolares de acordo com as necessidades do espaço e do tempo de inserção profissional.

Dessa forma, o curso de Licenciatura em Letras deve suprir não somente as deficiências resultantes do distanciamento entre o processo de formação docente e sua atuação profissional, mas também a necessidade de preparar um profissional com práticas pedagógicas centradas na construção de competências e habilidades necessárias à atuação.

3.3 PERFIL DO EGRESSO

Em consonância com os *Referenciais Curriculares Nacionais para os Cursos de Bacharelado e Licenciatura*¹⁵, publicado em abril de 2010, o profissional licenciado em Letras pela UTFPR deve:

- i. ter domínio do uso da Língua Portuguesa em termos de estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais;
- ii. analisar, descrever e explicar diacrônica e sincronicamente a estrutura e o funcionamento da língua portuguesa;
- iii. ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem;
- iv. ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários;
- v. analisar criticamente as diferentes teorias que fundamentam as investigações sobre a língua portuguesa e as literaturas portuguesa, brasileira e de outros países lusófonos;
- vi. identificar relações intertextuais de obras da literatura de língua portuguesa entre si e com obras da literatura universal;
- vii. formar leitores críticos e produtores de textos de variados gêneros;
- viii. atuar em equipe interdisciplinar e multiprofissional;
- ix. compreender processos, tomar decisões e resolver problemas no âmbito de sua área de atuação, com base em parâmetros relevantes à realidade social;
- x. compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente, usando, para isso, a pesquisa, a extensão e o ensino;

¹⁵ Disponível em: <http://www.dca.ufrn.br/~adelardo/PAP/ReferenciaisGraduacao.pdf> Acesso em: 19/08/2014.

- xi. elaborar e analisar livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem, contribuindo para seu multiletramento;
- xii. assimilar criticamente novas tecnologias, novos conceitos científicos e visualizar aplicações para a área de Letras;
- xiii. trabalhar a tecnologia como ferramental educacional, ampliando as possibilidades de trabalho do professor pesquisador que se forma numa sociedade complexa, carente de materiais tecnológicos de boa qualidade para o ensino de Língua Portuguesa;
- xiv. desenvolver pesquisas em Ensino de Língua Portuguesa e suas literaturas, coordenando e supervisionando equipes de trabalho e seus futuros docentes;
- xv. preocupar-se com o desenvolvimento do educando, com sua autonomia intelectual e pensamento crítico e, por fim, com sua formação ética.

O profissional do ensino de línguas deve, também, reconhecer a necessidade de se respeitarem as diversidades regionais, políticas e culturais existentes, tendo como horizonte a transversalidade dos saberes que envolvem os conhecimentos para a formação básica comum da Licenciatura em Letras. Nesse contexto, os aspectos legais e os Parâmetros Curriculares Nacionais, em uma perspectiva de se edificar referenciais nacionais comuns, são imprescindíveis ao desenvolvimento contínuo da construção do conhecimento.

4 MATRIZ CURRICULAR

Dada a especificidade do perfil do egresso de um curso de Licenciatura em Letras (cf. item anterior), todo curso superior nessa área deve se pautar não apenas nas Diretrizes Curriculares específicas do curso (no caso de Letras, na CNE/CES 492/2001), como também nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação dos Professores para a Educação Básica em nível superior, a CNE/CP 1/2002, que regula a formatação de todos os cursos de licenciatura em âmbito nacional.

Nesse sentido, esta seção visa a esclarecer a forma como a matriz curricular do novo curso de Licenciatura em Letras da UTFPR está em plena consonância com as diretrizes supracitadas, além daquelas instituídas especificamente na Instituição em que se insere, as quais regulamentam desde critérios gerais de organização do curso até elementos mais específicos, como as Atividades Práticas Supervisionadas (APS), as Atividades Práticas como Componente Curricular (APCC), o Estágio Curricular Obrigatório (ECO) e as Atividades Complementares (AC).

Iniciemos pela formatação geral do curso. De acordo com as recomendações dadas pela Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002¹⁶, as instituições de ensino superior (IES) que pretendem abrigar e/ou abrigam Licenciaturas têm autonomia para definir sua matriz curricular. Uma vez que o documento expõe alguns princípios norteadores absolutamente atuais e vinculados àquilo que a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – bem como o Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação – tem como parte de sua filosofia, citamos os eixos norteadores da concepção das disciplinas que este projeto contempla:

- I - eixo articulador dos diferentes âmbitos de conhecimento profissional;
- II - eixo articulador da interação e da comunicação, bem como do desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional;
- III - eixo articulador entre disciplinaridade e interdisciplinaridade;
- IV - eixo articulador da formação comum com a formação específica;
- V - eixo articulador dos conhecimentos a serem ensinados e dos conhecimentos filosóficos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a ação educativa;
- VI - eixo articulador das dimensões teóricas e práticas.¹⁷

¹⁶ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf . Acesso em: 22/08/2014.

¹⁷ Idem. Ibidem.

Desse modo, em tal estruturação, tem-se que, além do trabalho interdisciplinar, está previsto o multidisciplinar e o transdisciplinar como concepções necessárias à formação do professor-pesquisador inserido em uma universidade de matiz tecnológico. Destarte, no que tange ao aspecto individual de tal formação, os estudos linguísticos e literários devem fundar-se na percepção das literaturas e da língua portuguesa como elementos vitais na formação do *éthos* de um sujeito pronto a contribuir com a formação de uma sociedade mais solidária, conforme os dizeres de Milton Santos¹⁸, e com o intuito de contribuir com a expansão do conceito de alteridade.

Indubitavelmente, tais elementos são fundamentais, mas não podem deixar de apreciar, além da formação humana, um sólido embasamento teórico-crítico para o trabalho a ser desenvolvido posteriormente, bem como não podem desconsiderar o vínculo entre os elementos mencionados e os que compõem a prática dessa área do conhecimento.

4.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Com base no exposto, reitera-se, novamente a partir da Resolução CNE/CP 1, em seu Art. 2º, que a construção de estruturas curriculares deve primar pela formação para a atividade docente, focando nos seguintes elementos:

- I - o ensino, visando à aprendizagem do aluno;
- II - o acolhimento e o trato da diversidade;
- III - o exercício de atividades de enriquecimento cultural;
- IV - o aprimoramento em práticas investigativas;
- V - a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares;
- VI - o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;
- VII - o desenvolvimento de hábitos de elaboração de trabalhos em equipe.

Nessa conjuntura, para atender os diversos eixos articuladores, a carga horária e os demais aspectos previstos nos dispositivos legais para a área de Letras e de formação do professor, a estrutura curricular do curso de Licenciatura em Letras Português, por sua

¹⁸ Ver: SANTOS, Milton. 2001.

vez, organizar-se-á pela similaridade dos campos de conhecimentos que se entrelaçam nos espaços curriculares:

- i. das teorias que permeiam a Língua Portuguesa e respectivas literaturas;
- ii. da prática e da pesquisa em Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas;
- iii. das políticas educacionais, legislações pertinentes à Educação e suas relações com a sociedade;
- iv. dos conhecimentos complementares e/ou interdisciplinares, incluindo aqui a relação ensino e tecnologia;
- v. das apropriações dos princípios metodológicos pertinentes à área;
- vi. da obrigatoriedade do Estágio Curricular Obrigatório para aplicabilidade das teorias e seus usos na prática;
- vii. da escrita do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), concluindo, de forma mais tangível, o percurso de formação de um professor-pesquisador.

Com o que vemos referido, o foco da formação em Letras proposta por este curso é a do professor-pesquisador. Tal princípio norteador se caracteriza como uma preparação compromissada com a formação de professores de Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas em três eixos:

- desenvolvimento de pesquisas em nível de graduação por um professor que não deixe de ser pesquisador e prossiga em nível de pós-graduação;
- domínio da organização e funcionamento das diversas linguagens usadas para a comunicação ou para as mais diversas expressões artísticas e sua relação com o ensino;
- e, por último, vínculo das reflexões educacionais, de formação do professor, com a tecnologia como contributo ferramental e crítico de produção do conhecimento.

Tais eixos se vinculam ao professor-pesquisador, bem definido em entrevista do Reitor da Universidade de Lisboa, Antonio Nóvoa, que fundamenta, em parte, nossa visão de formação do egresso:

O professor pesquisador e o professor reflexivo, no fundo, correspondem a correntes diferentes para dizer a mesma coisa. São nomes distintos, maneiras diferentes dos teóricos da literatura pedagógica abordarem uma mesma realidade. A realidade é que o professor pesquisador é aquele que pesquisa ou que reflete sobre a sua prática. Portanto, aqui estamos dentro do paradigma do professor reflexivo. É evidente que podemos encontrar dezenas de textos para explicar a diferença entre esses conceitos, mas creio que, no fundo, no fundo,

eles fazem parte de um mesmo movimento de preocupação com um professor que é um professor indagador, que é um professor que assume a sua própria realidade escolar como um objeto de pesquisa, como objeto de reflexão, como objeto de análise. Mas, insisto neste ponto, a experiência por si só não é formadora. John Dewey, pedagogo americano e sociólogo do princípio do século, dizia: "quando se afirma que o professor tem 10 anos de experiência, dá para dizer que ele tem 10 anos de experiência ou que ele tem um ano de experiência repetido 10 vezes". E, na verdade, há muitas vezes esta idéia. Experiência, por si só, pode ser uma mera repetição, uma mera rotina, não é ela que é formadora. Formadora é a reflexão sobre essa experiência, ou a pesquisa sobre essa experiência. (NOVOA, 2001)

No que diz respeito à formação do professor de Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas, a licenciatura única concebe seus formandos com reflexões particulares para a área, mas que, tal como é próprio de um curso de humanidades e linguagens, mais especificamente de Letras, também possibilita amplo domínio de arcabouços teóricos vinculados a outros campos do conhecimento, necessários para a aplicação eficiente e eficaz do conhecimento específico nos procedimentos de ensino.

Obviamente, assim, a articulação entre os eixos se faz de modo multilateral e integrado, motivo pelo qual a formação do professor se vincula às Atividades Práticas como Componente Curricular (APCC), que não foram colocadas como um dos eixos, mas se realizam desde o primeiro período do curso, conforme apregoado pelas Diretrizes Nacionais para formação do professor da escola básica, anteriormente referidas. As APCCs representam um aspecto essencial das áreas de conteúdo específico no sentido da formação do professor, já que propiciam aos estudantes experimentos de atuação em ensino dentro da programação de aulas de várias disciplinas do curso. Além disso, o vínculo se estende às possíveis pesquisas em nível de pós-graduação, seja nas áreas específicas de Letras, ou na relação entre esta e a Educação, e ainda estabelecendo pontes com outros campos do conhecimento.

Para especialistas capacitados na área, parece óbvio que, para se obter bons profissionais para a educação, precisa-se desenvolver pesquisa em graduação e em pós-graduação com elevado domínio teórico. No entanto, a profissão de professor exige, além desse domínio teórico, proporcionado para uma licenciatura direcionada para Língua Portuguesa e respectivas literaturas, a experiência prática vinculada às teorias. Acrescesse a isso o fato de que o domínio da organização das diversas linguagens usadas para a comunicação ou para as artes faz o futuro professor compreender a especificidade de cada um dos espaços de ensino – e de linguagem – em que se inserir, adaptando-se a eles com o propósito de ser eficaz na relação ensino e aprendizagem. Essa relação se estabelece

através da interdisciplinaridade construída nas ementas das disciplinas e na integração entre os diferentes eixos pensados para o curso.

Por último, o eixo que vincula a educação com a tecnologia, também interseccionado aos outros eixos, contribui e possibilita a pesquisa e a extensão, uma vez que, para o exercício da função, ainda que em nível experimental, faz-se fundamental a apropriação e o desenvolvimento de tecnologias que sustentem o domínio conceitual e prático do ensinar. De outra forma, de pouco vale, para o ensino, o conhecimento, se não há método pedagógico que permita ou facilite sua transposição, daí os conhecimentos da formação do professor (de educação, de método e de psicologia).

A agregação de tais saberes se realiza sobremaneira em três ações fundamentais: durante o Estágio Curricular Obrigatório, no eixo de disciplinas de Projeto Integrador, e na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Enfatiza-se, assim, a prática da função do professor no processo de ensino e o exercício do pesquisador na busca da construção do conhecimento, possibilitando, com isso, a formação de um professor pesquisador. Além disso, com essa relação entre a formação do licenciado e a tecnologia, principalmente nas disciplinas de Projeto Integrador, propõe-se a interação entre os estudantes e a sociedade por meio de ações extensionistas, com destaque para as relações com a escolas de educação básica.

A partir do exposto, a Matriz Curricular contempla tanto os referidos eixos estabelecidos pela orientação pedagógica nacional, quanto os específicos que norteiam a formação de nosso egresso, pois o conjunto desses eixos curriculares promove o desenvolvimento de conhecimentos integralizados. Em conjunto, eles propiciam a aquisição do saber de forma articulada, imprescindível ao futuro profissional. Vejamos em mais detalhe cada um desses conhecimentos.

No espaço curricular dos *conhecimentos básicos da língua portuguesa e suas respectivas literaturas*, estão os estudos do sistema linguístico, os quais devem fundar-se na percepção da língua e da literatura como prática social e como forma elaborada das manifestações culturais. Esses estudos devem articular a reflexão teórico-crítica aos domínios da prática, essenciais aos profissionais de Letras, de modo a dar prioridade à abordagem intercultural, que concebe a diferença como valor antropológico e como forma de desenvolver o espírito crítico frente à realidade.

Para dar sustentação a esses estudos e para que seja contínuo o processo ensino-aprendizagem, são necessárias as disciplinas que compreendem as *reflexões sobre a*

Educação. Esse espaço curricular propicia, além da base específica, a formação de um profissional que esteja apto a atuar interdisciplinarmente em áreas afins. É importante ressaltar que essas disciplinas proporcionam ao acadêmico do curso embasamento teórico-prático inserido na multidisciplinaridade dos diversos saberes, ampliando o senso crítico necessário para que a busca permanente da educação continuada e do desenvolvimento profissional seja constante.

Por sua vez, os *conhecimentos complementares e/ou interdisciplinares*, integrados com os outros elementos curriculares, desenvolvem atividades de caráter prático através das disciplinas optativas e das Atividades Acadêmicas Complementares, previstas no próprio curso, norteadas pelo Regulamento das Atividades Complementares dos Cursos Superiores da UTFPR, as quais também contribuirão para a formação do profissional na área de Letras.

Além da articulação estabelecida entre os conhecimentos específicos de Português, Literatura e Educação, há o espaço dos *Conhecimentos Metodológicos*, com as disciplinas dessa área acadêmica. De maneira integrada aos conteúdos básicos do curso de Graduação em Letras, devem estar os conteúdos caracterizadores de formação profissional. Esses devem ser entendidos como toda e qualquer atividade acadêmica que constitua o processo de aquisição de competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão, e incluem: estudos linguísticos e literários; práticas profissionalizantes; estudos complementares; estágios; seminários; projetos de pesquisa, de extensão e de docência; conteúdos definidos para a educação básica; didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam.

É importante salientar que o futuro docente deve reconhecer e identificar as competências e as habilidades necessárias para o exercício de sua profissão. Por isso, durante a sua formação, os saberes curriculares do Curso de Licenciatura em Letras Português da UTFPR, Câmpus Curitiba, estão articulados à prática pedagógica para que o docente formado desenvolva, durante a sua atuação, habilidades em busca de competências definidas. E isso apenas é possível com uma metodologia voltada à prática pedagógica, ao desenvolvimento de uma personalidade reflexiva, capaz de constantemente reavaliar sua prática.

Por fim, para que o acadêmico articule o conjunto de competências e habilidades necessárias para a sua formação, tem-se o *Estágio Curricular Obrigatório*. De acordo com a Legislação vigente, o *Estágio Curricular* está distribuído a partir da segunda

metade do curso, ou seja, a partir do quarto semestre. Para esta proposta, na primeira disciplina de Estágio, o aluno realizará atividades voltadas para a prática docente de Língua Portuguesa, mais focada nas propostas de sequências didáticas aplicadas ao conhecimento da organização linguística dos gêneros textuais variados. Entenda-se aqui a expressão sequência didática como termo técnico que denota ações organizadas para o ensino de língua ou de literatura, não necessariamente vinculadas a uma orientação de autor específico, embora todo o encaminhamento das disciplinas de estágio esteja sempre amparado e orientado pela perspectiva de uma concepção de linguagem sócio-interacionista. Isso porque, além de ser essa a perspectiva teórica que delinea as mais recentes propostas das áreas da linguística voltadas para aplicação ao ensino, também é a que subsidia os documentos oficiais no país com relação aos encaminhamentos de ensino de língua materna, mais especificamente os PCNs e as Diretrizes Curriculares de Ensino de Língua Portuguesa do Estado do Paraná.

No segundo Estágio, também sob o foco desses documentos, desenvolvem-se atividades para o ensino das Literaturas de Língua Portuguesa com propostas de sequências didáticas embasadas pela teoria da Estética da Recepção, pois esse método proposto pelas pesquisas recentes da área da Literatura tem como objetivo a formação de leitor capaz de efetuar leituras compreensivas e críticas; estar aberto a novos textos e a leituras de outrem; relacionar as leituras efetuadas ao seu horizonte cultural e transformar os próprios horizontes de expectativa, bem como os do professor, da escola, da comunidade familiar e social.

Ressalta-se aqui que tanto essa perspectiva teórica quanto a da primeira disciplina de estágio perpassam as linhas do mestrado em Estudos de Linguagem. Portanto, os discentes e docentes têm projetos de pesquisa/estudos voltados para investigações aplicadas a esses arcabouços teóricos.

Para todas as disciplinas de estágio, tendo como subsídio os excelentes e elogiados resultados da organização dada ao Estágio no Curso de Letras atual (Português/Inglês), a logística adotada para o funcionamento é a de concentrar a maior parte da carga horária nas AP, visto que há de se privilegiar as atividades realizadas pelos alunos para a preparação das aulas, observação e regência nas escolas. Para isso, a o Coordenador de Estágio e estagiários têm um período inicial para compreensão desse encaminhamento, em torno de um mês em horas de AT e APS, concatenadas com as reflexões desenvolvidas em outras disciplinas. Por esse motivo, ainda que, na matriz

proposta adiante, tenhamos contabilizado 4, 5 ou 6 aulas de estágio por semana, foram calculados, para fins de cômputo final de horas, apenas 1 mês de encontros presenciais, sendo o restante da disciplina desenvolvida preponderantemente em meio extraclasse, ainda que supervisionado, constituindo as APSs.

Na sequência, o aluno inicia o desenvolvimento de seu projeto de estágio, já em período de observação na escola em que atuará e sob os cuidados de três agentes: coordenador de estágio, professor orientador e o professor formador, que é o regente na escola. Com o projeto devidamente orientado, o aluno realiza suas regências com assistência do professor orientador, que, ao longo de todo o período letivo, orienta e avalia todos os processos desenvolvidos no Estágio, incluindo a elaboração de relatórios. Dessa maneira, o futuro profissional entra em contato com a realidade educacional de escolas que oferecem o ensino Fundamental e/ou Médio, e também desenvolve alternativas tecnológicas e metodológicas necessárias para o exercício de sua profissão, pois está constantemente sob orientação de um professor com esse objetivo.

Além do Estágio, cabe ressaltar que as Atividades Práticas como Componente Curricular (APCCs), previstas nesta Matriz nas mais variadas disciplinas de formação profissional, também visam a proporcionar ao estudante de Letras, no momento mesmo em que constrói um conhecimento específico, exercitar modos de ensino/aprendizagem e torná-los acessíveis a seus futuros alunos, realizando transposição didática com qualidade.

Embora a antiga orientação ministerial para a criação de curso de licenciatura, que previa pelo menos 300 horas de atividades práticas, tenha sido revogada pelo Parecer CNE/CP nº 9, de 5 de dezembro de 2007, a qual passou a não determinar o número mínimo de horas dedicadas às APCCs, a matriz que ora propomos contempla 400 horas dessas atividades, distribuídas ao longo do curso de formação desde o primeiro semestre e em todos os eixos de conhecimentos aludidos anteriormente. Mais do que contempladas no projeto de curso, essas atividades são acompanhadas do respectivo registro nos diários de classe das disciplinas em que está prevista a prática profissional, assim como fazem parte do processo previsto de avaliação das disciplinas em questão, conforme a programação das aulas organizada sempre no início de cada semestre letivo e entregue aos estudantes. As referidas atividades práticas serão, enfim, executadas a partir de projeto específico de cada disciplina em que estão previstas.

Cabe ao Núcleo Docente Estruturante do curso (NDE) orientar os professores sobre os procedimentos relativos às atividades práticas, e ao Colegiado do curso realizar a adequada fiscalização. Estabelecidos os preceitos legais que envolvem a formatação de um curso de Letras, a tabela a seguir resume e identifica as áreas da matriz curricular.

Quadro 1 – Proposta de Matriz Curricular para o Curso de Licenciatura em Letras – Português

(quadro será acrescentado só no .pdf)

Fonte: Produção própria

4.2 DA JUSTIFICATIVA PARA A ORGANIZAÇÃO DA MATRIZ

Dadas as características multidisciplinares do curso de Letras, além de sua orientação para formar profissionais do ensino básico, a elaboração de nova matriz curricular para um curso de licenciatura na área deve observar os dispositivos legais tanto no que tange às Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras quanto as Diretrizes Curriculares para cursos de formação de professores. Assim, este Projeto e a matriz que ora se propõe estão pautados nas seguintes orientações legais:

- **CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002**, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;

- **CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002**, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior;

- **CNE/CES 18, de 13 de março de 2002**, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras;

- **CNE/CES 492, de 03 de abril de 2001**, que institui as Diretrizes Curriculares dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia;

- **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

- **Lei nº 13.005**, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.

Ainda, para estar afinado aos preceitos estabelecidos pela Universidade em que se insere, tomaram-se por base também:

- as *Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação da UTFPR*, aprovado pela Resolução nº 000/12 – COGEP de 1º de junho de 2012;

- o *Estatuto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná*, aprovado pela Portaria SESu nº 303, de 16 de abril de 2008 e alterado pelas deliberações do Conselho Universitário nº 08/2008, de 31 de outubro de 2008 e nº11/2009, de 25 de setembro de 2009;

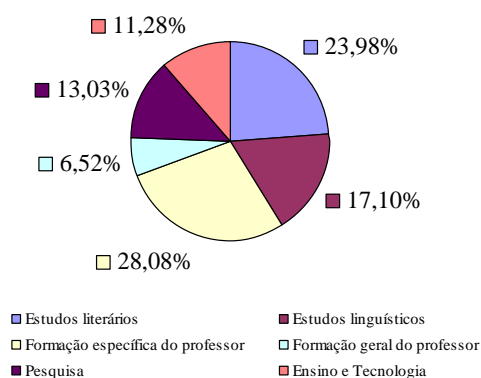
- o *Plano de Desenvolvimento Institucional da UTFPR* (PDI – 2013-2017);

- o **Regulamento das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação da UTFPR**, aprovado pela Resolução COEPP nº61/06, de 1º de setembro de 2006;
- o **Regulamento das Atividades Práticas Supervisionadas da UTFPR**, aprovado pela Resolução COEPP nº71/09, de 21 de agosto de 2009;
- o **Regulamento dos Estágios dos Cursos de Educação Profissional Técnica e dos Cursos de Graduação da UTFPR**, aprovado pela Resolução COEPP nº22/08, de 14 de março de 2008;
- o **Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação da UTFPR**, cujas alterações foram aprovadas pela Resolução COGEP nº31/14, de 14 de maio de 2014;
- o **Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para Cursos de Graduação da UTFPR**, aprovado pela Resolução COEPP nº120/06, de 7 de dezembro de 2006.

Considerou-se, ainda, uma vez que o curso adota a visão de planejamento estratégico, o *Texto orientador para a reunião acerca da Política Nacional de Formação de Professores para a Educação Básica*. Tal documento, apesar de estar em fase de tramitação para aprovação como Lei Federal, aponta para uma conjuntura que, nos próximos anos, deverá ser considerada para a implantação de novos cursos de Licenciatura. Assim, antecipando a provável aprovação do Projeto de Lei, a matriz ora apresentada encontra-se plenamente alinhada com as propostas do referido documento.

Tendo por base todas as regulamentações supracitadas, o curso configura-se em uma graduação com duração mínima de 3 anos (6 semestres) e carga horária total de mais de 3037 horas, divididas da seguinte forma:

Gráfico 1: Divisão, em percentual, das áreas que formam o Curso de Letras - Português



Fonte: produção própria

Enfatiza-se a dedicação de quase 35% da carga horária total do curso para a formação do futuro professor de Língua Portuguesa no que tange à dimensão pedagógica. Não esquecendo a concepção de professor-pesquisador, conforme exposto anteriormente, a dimensão de disciplinas voltadas à pesquisa compõe, ainda, aproximadamente 13% da totalidade de horas para integralização do curso.

De forma mais analítica, tem-se ainda o atendimento aos preceitos legais específicos, segundo os quais:

A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garantida, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

- I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;
- II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;
- III - 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;
- IV - 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais. (CNE/CP2/2002)

Destarte, em consonância com o proposto na Diretriz, o curso aqui apresentado tem carga total, excluindo-se Atividades Complementares, de 3875 horas/aula (o que corresponde a 3229,1 horas), das quais 1604 horas/aula (1336 horas) são dedicadas a

Atividades Teóricas (AT), 751 horas/aula (625 horas) a Atividades Práticas (AP) e 552 horas/aula (460 horas) a Atividades práticas como Componente Curricular (APCC). Tal diferenciação é feita pelo próprio Regulamento da UTFPR, que considera que:

As disciplinas dos cursos de graduação devem compreender uma ou mais das seguintes atividades acadêmicas:

Atividade Teórica (AT) – São as atividades utilizadas para a exposição teórica de conteúdos, realizadas com a presença de docentes e discentes.

Atividade Prática (AP) – São as atividades utilizadas para o desenvolvimento prático de conteúdos, realizadas com a presença de docentes e discentes. São consideradas atividades práticas: as atividades de laboratório, desenvolvimento de projetos, estudos de caso, visitas técnicas, levantamentos em campo, produção de textos dentre outras.

Atividade Prática Supervisionada (APS) – São as atividades desenvolvidas sob a orientação e supervisão de docentes e realizadas pelos discentes, em horários diferentes daqueles destinados às atividades presenciais. São consideradas atividades práticas supervisionadas: as atividades em laboratório, desenvolvimento de projetos, estudos dirigidos, trabalhos individuais e em grupo, atividades de campo, oficinas, seminários, desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, dentre outras.

Atividade Prática como Componente Curricular (APCC) – São atividades a serem desenvolvidas com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema vivenciadas ao longo dos Cursos de Licenciatura.

Atividade à Distância (AD) – São as atividades realizadas nas disciplinas semi-presenciais utilizando, obrigatoriamente, tecnologias de informação e comunicação como ferramentas de apoio ao processo de ensino aprendizagem.

Tem-se, ainda, que a carga horária total, segundo o mesmo regulamento, dá-se pela soma de todas as atividades propostas na matriz curricular. De forma a tornar a visualização mais fácil, reproduzimos abaixo as tabelas para cada uma das dimensões componentes da matriz e, ao final, a tabela resumo:

Tabela 1: Disciplinas de estudos literários

Disciplina	Nº de aulas semanais	CH por semestre	AT	AP	APCC	APS	CH em horas/aula	CH em horas
Fundamentos e Crítica da Literatura	4	68	58	10	0	14	82	68,3
Teorias da Poesia	4	68	58	10	0	14	82	68,3
Origens das Literaturas Portuguesas e Brasileiras	4	68	58	10	0	14	82	68,3
Teorias da Narrativa	4	68	58	10	0	14	82	68,3
Teoria do teatro e teatro brasileiro	4	68	58	10	0	14	82	68,3
Optativa 1 de Literatura	2	34	34	0	0	7	41	34,2
Literatura Portuguesa do Século XIX	4	68	58	10	0	14	82	68,3
Literatura Comparada	2	34	34	0	0	7	41	34,2
Literatura Brasileira do Século XIX	4	68	58	10	0	14	82	68,3
Literatura Portuguesa dos Séculos XX e XXI	4	68	58	10	0	14	82	68,3
Modernismos Brasileiros	4	68	58	10	0	14	82	68,3
Literatura Brasileira Contemporânea	4	68	58	10	0	14	82	68,3
Optativa de Literatura 2	2	34	34	0	0	7	41	34,2
		782	682	100	0	161	943	785,6

Fonte: produção própria

Tabela 2: Disciplinas de estudos linguísticos

Disciplina	Nº de aulas semanais	Carga horária por semestre	AT	AP	APCC	APS	CH em horas/aula	CH em horas
Linguística Geral	4	68	58	10	0	14	82	68,3
Fonética e Fonologia	4	68	53	15	0	14	82	68,3
Morfologia	4	68	53	15	0	14	82	68,3
Sintaxe	4	68	53	15	0	14	82	68,3
Estudos do texto	4	68	25	5	38	14	82	68,3
Estudos de discurso	4	68	25	5	38	14	82	68,3
Optativa de Linguística 1	2	34	34	0	0	7	41	34,2
Semântica e Pragmática	4	68	58	10	0	14	82	68,3
Filosofia da linguagem	4	34	34	0	0	7	41	34,2
Optativa de Linguística 2	2	34	34	0	0	7	41	34,2
		578	427	75	76	119	697	580,8

Fonte: produção própria

Tabela 3: Disciplinas de formação específica do professor

Disciplina	Nº de aulas semanais	Carga horária por semestre	Formação específica do professor		APCC	APS	CH em horas/aula	CH em horas
			AT	AP				
Prática de Ensino em Produção Textual	4	68	0	0	68	30	98	81,7
Prática de Linguística Aplicada ao Ensino	4	68	0	0	68	30	98	81,7
Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa	2	34	17	17	34	7	41	34,2
Prática de Ensino e Variação Linguística	2	34	17	17	34	7	41	34,2
Prática de Ensino em Literatura Infantil e Juvenil	4	68	0	0	68	30	98	81,7
Metodologia de Ensino de Literatura	2	34	17	17	34	7	41	34,2
Prática de ensino em revisão de texto	2	34	17	17	34	7	64	53,3
Multiletramentos	4	68	53	15	0	14	82	68,3
Linguagem e Aprendizagem: aspectos cognitivos	2	34	24	0	10	7	41	34,2
Estágio Curricular Obrigatório 1	6	102	0	102	0	20	122	101,7
Estágio Curricular Obrigatório 2	6	102	0	102	0	20	122	101,7
Estágio Curricular Obrigatório 3	6	102	0	102	0	20	122	101,7
Estágio Curricular Obrigatório 4	6	102	0	102	0	20	122	101,7
		782	145	491	350	189	1092	910,3

Fonte: produção própria

Tabela 4: Disciplina de formação geral do professor

Disciplina	Nº de aulas semanais	Carga horária por semestre	Formação geral do professor		APCC	APS	CH em horas/aula	CH em horas
			AT	AP				
Políticas Educacionais	2	34	34	0	0	2	36	30,0
Psicologia da Educação	3	51	51	0	0	3	54	45,0
História da Educação	2	34	34	0	0	2	36	30,0
Didática	2	34	24	0	10	2	36	30,0
Libras 1	2	34	24	10	0	2	36	30,0
Libras 2	2	34	24	10	0	2	36	30,0
		221	191	20	10	13	234	195,0

Fonte: produção própria

Tabela 5: Disciplinas de ensino e tecnologia

Ensin	Disciplina	Nº de aulas semanais	Carga horária por semestre	AT	AP	APCC	APS	CH em horas/aula	CH em horas
Ensin	Linguagem e tecnologia	4	68	30	4	34	14	82	68,3
	Leitura em diferentes mídias	4	68	68	0	0	14	82	68,3
	Projeto integrador: tecnologia e trabalho docente	2	34	10	10	14	60	94	78,3
	Projeto integrador: multimodalidade e ensino não-presencial	2	34	24	10	0	60	94	78,3
	Projeto Integrador: humanidades digitais e Literatura	2	34	24	10	0	60	94	78,3
		238	156	34	48	208	446	371,5	

Fonte: produção própria

Tabela 6: Disciplinas de pesquisa

Pesquis	Disciplina	Nº de aulas semanais	Carga horária por semestre	AT	AP	APCC	APS	CH em horas/aula	CH em horas
Pesquis	Projeto integrador: tecnologia e trabalho docente	2	34	10	10	14	60	94	78,3
	Projeto integrador: multimodalidade e ensino não-presencial	2	34	24	10	0	60	94	78,3
	Projeto Integrador: humanidades digitais e Literatura	2	34	24	10	0	60	94	78,3
	Trabalho de Conclusão de Curso 1	4	68	20	48	0	100	168	140,0
	Trabalho de Conclusão de Curso 2	0	0	0	0	0	300	300	250,0
		170	78	78	14	580	750	625	

Fonte: produção própria

Como pode ser observado, 13 disciplinas terão, como parte ou totalidade de sua carga horária, horas dedicadas a APCCs, perfazendo um total de 552 horas/aula e atendendo o mínimo de 400 horas previstas pelos dispositivos legais:

Tabela 7: Carga horária específica de Atividades Práticas como Componente Curricular (APCCs)

Disciplina	Nº de aulas semanais	Carga horária por semestre	APCC	CH em horas/aula ¹⁹	CH em horas
Prática de Ensino em Produção Textual	4	68	68	68	56,7
Linguagem e tecnologia	4	68	34	34	28,3
Prática de Linguística Aplicada ao Ensino	4	68	68	68	56,7
Metodologia do Ensino de Literatura	2	34	34	34	28,3
Metodologia do Ensino de Língua	2	34	34	34	28,3
Projeto Integrador: tecnologia e trabalho docente	2	34	14	14	28,3
Didática	2	34	10	10	8,3
Estudos do texto	4	68	38	38	31,7
Prática de Ensino em Literatura Infantil e Juvenil	4	68	68	68	56,7
Prática de ensino e variação linguística	2	34	34	34	28,3
Prática de ensino em revisão de texto	2	34	34	34	28,3
Linguagem e aprendizagem: aspectos cognitivos	2	34	10	10	34,2
Estudos de discurso	4	68	38	38	31,7
		646	552	552	403,3

Fonte: produção própria

Da mesma forma, o Estágio Curricular Obrigatório reserva 488 horas/aula para seu desenvolvimento, contemplando a carga horária exigida por lei:

¹⁹ Está-se considerando apenas a carga horária das Atividades Práticas como Componente Curricular, e não a totalidade de aulas da disciplina.

Tabela 8: Carga horária de Estágio Curricular Obrigatório

Disciplina	Nº de aulas semanais	Carga horária por semestre	AT	AP	APCC	APS	CH em horas/aula	CH em horas
Estágio Curricular Obrigatório 1	6	102	0	102	0	20	122	102
Estágio Curricular Obrigatório 2	6	102	0	102	0	20	122	102
Estágio Curricular Obrigatório 3	6	102	0	102	0	20	122	102
Estágio Curricular Obrigatório 4	6	102	0	102	0	20	122	102
		408	0	408	0	80	488	408

Fonte: produção própria

No que concerne à dimensão pedagógica, entendida como “tudo [...] que se vincule à formação da competência pedagógica e seus fundamentos teóricos, excetuando-se a prática de ensino e estágio supervisionado”, tem-se novamente adequação à “carga horária mínima de 1/5 da carga horária total do Curso de Licenciatura”. Considerando o total de 3591 horas/aula, das quais 20% totalizariam 718 horas/aula, a matriz aqui proposta dedica 798 horas a essa dimensão:

Tabela 9: Carga horária das disciplinas da dimensão pedagógica

Disciplina	Nº de aulas semanais	Carga horária por semestre	AT	AP	APCC	APS	CH em horas/aula	CH em horas
Prática de Ensino em Produção Textual	4	68	0	0	68	30	98	81,7
Políticas Educacionais	2	34	34	0	0	2	36	30,0
Leitura em diferentes mídias	4	68	68	0	0	14	82	68,3
Prática de Linguística Aplicada ao Ensino	4	68	0	0	68	30	98	81,7
Psicologia da Educação	3	51	51	0	0	3	54	45,0
História da Educação	2	34	34	0	0	2	36	30,0
Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa	2	34	34	0	34	7	41	34,2
Didática	2	34	24	0	10	2	36	30,0
Prática de Ensino em Literatura Infantil e Juvenil	4	68	0	0	68	30	98	81,7
Prática de ensino e variação linguística	2	34	34	0	34	7	36	30,2
Estudos do texto	4	68	25	5	38	14	82	68,3
Estudos de Discurso	4	68	25	5	38	14	82	68,3
Multiletramentos	4	68	53	15	0	14	82	68,3
Linguagem e tecnologia (EaD)	4	68	30	4	34	14	82	68,3
Projeto integrador: tecnologia e trabalho docente	2	34	10	10	14	60	94	78,3
Projeto integrador: multimodalidade e ensino não presencial	2	34	24	10	0	60	94	78,3
Projeto integrador: humanidades digitais e literatura	2	34	24	10	0	60	94	78,3

Linguagem e aprendizagem: aspectos cognitivos	2	34	24	0	10	7	36	30,0
Metodologia de Ensino de Literatura	2	34	34	0	34	7	41	34,2
Libras 1	2	34	24	10	0	2	36	30,0
Prática de ensino em revisão de textos	2	34	0	0	34	30	64	53,3
Libras 2	2	34	24	10	0	2	36	30,0
		1037	576	79	484	411	1438	1208

Fonte: produção própria

Por fim, a dimensão científico-cultural – igualmente regida por todos os dispositivos legais, que parametrizam um mínimo de 1800 horas da carga horária total para essas atividades – é também contemplada em nossa proposta de matriz, uma vez que tal dimensão soma, com suas disciplinas, 2162 horas:

Tabela 10: Carga horária das disciplinas da dimensão científico-cultural

Disciplina	Nº de aulas semanais	Carga horária por semestre	AT	AP	APCC	APS	CH em horas/aula	CH em horas
Fundamentos e Crítica da Literatura	4	68	58	10	0	14	82	68,3
Teorias da Poesia	4	68	58	10	0	14	82	68,3
Origens das Literaturas Portuguesas e Brasileiras	4	68	58	10	0	14	82	68,3
Linguagem e tecnologia	4	68	30	4	34	14	82	68,3
Linguística Geral	4	68	58	10	0	14	82	68,3
Teorias da Narrativa	4	68	58	10	0	14	82	68,3
Optativa 1 de Literatura	2	34	34	0	0	7	41	34,2
Literatura Portuguesa do Século XIX	4	68	58	10	0	14	82	68,3
Fonética e Fonologia	4	68	53	15	0	14	82	68,3
Literatura Comparada	2	34	34	0	0	7	41	34,2
Literatura Brasileira do Século XIX	4	68	58	10	0	14	82	68,3
Literatura Portuguesa dos Séculos XX e XXI	4	68	58	10	0	14	82	68,3
Morfologia	4	68	53	15	0	14	82	68,3
Sintaxe	4	68	53	15	0	14	82	68,3
Estudos do texto	4	68	25	5	38	14	82	68,3
PI: tecnologia e trabalho docente	2	34	10	10	14	60	94	78,3
Modernismos Brasileiros	4	68	58	10	0	14	82	68,3
Estudos de discurso	4	68	25	5	38	14	82	68,3
Optativa de Linguística 1	2	34	34	0	0	7	41	34,2
Teoria do teatro e teatro brasileiro	4	68	58	10	0	14	82	68,3
PI: multimodalidade e ensino não presencial	2	34	24	10	0	60	94	78,3
Literatura Brasileira Contemporânea	4	68	58	10	0	14	82	68,3

Leitura em diferentes mídias	4	68	68	0	0	14	82	68,3
Semântica e Pragmática	4	68	58	10	0	14	82	68,3
PI: humanidades digitais e Literatura	2	34	24	10	0	60	94	78,3
Trabalho de Conclusão de Curso 1	4	68	20	48	0	100	168	140,0
Optativa de Literatura 2	2	34	34	0	0	7	41	34,2
Filosofia da Linguagem	2	34	34	0	0	7	41	34,2
Optativa de Linguística 2	2	34	34	0	0	7	41	34,2
Trabalho de Conclusão de Curso 2	0	0	0	0	0	300	300	250,0
		1696	1285	257	124	895	2554	2162,4

Fonte: produção própria

Releva salientar, ainda, que *Linguagem e Tecnologia* e as três disciplinas denominadas *Projeto Integrador* são previstas para funcionarem como Ensino à Distância (EaD), voltados, principalmente, para ações de extensão. Porém, conforme regimento da Universidade, elas funcionarão como disciplinas presenciais, em um primeiro momento, uma vez que só podem ser efetivamente realizadas em formato EaD após o reconhecimento do Curso realizado pela avaliação do MEC.

Para sua organização e logística de funcionamento, a proposta é o aproveitamento da experiência dos docentes do DALIC que se valem da plataforma Moodle para suas atividades em EAD da UAB. Por isso, as disciplinas do Curso de Letras Português serão, de início, realizadas também nessa plataforma, uma vez que 80% dos professores do Departamento já estão habituados à sua aplicabilidade. Porém, a ideia é também se valer de outras ferramentas de trabalho para nossos alunos como, por exemplo, AulaNet, TelEduc, AMEM, e-Proinfo, PRAL, AMADEUS, Edmodo, pois a intenção é a de que, ao mesmo tempo em que participem do processo de EAD como alunos, tornem-se professores mais capacitados para o uso do espaço virtual como ambiente de ensino.

O tipo de comunicação adotado nos *Projetos Integradores* será híbrido, ou seja, comunicação síncrona e assíncrona, pois algumas aulas exigirão participação simultânea em tempo real dos alunos e outras serão orientadas a partir de proposições de tarefas. Para tanto, os participantes ora se valerão de *chats*, áudio-conferência e vídeo-conferências, no caso da comunicação síncrona, ora de fórum e material impresso para comunicação assíncrona. Como a interação em tempo real necessita de agendamento, esse tipo de encaminhamento será utilizado, preponderantemente, para início de propostas das atividades e momentos específicos de *feedback*. As atividades orientadas de modo

assíncrono serão recorrentes para os momentos em que se exigirá dos alunos mais tempo para reflexão sobre o tema em estudo.

Os 2 laboratórios e a sala A204 do DALIC já têm reservados computadores que os alunos usam livremente, ou seja, estão em espaços separados da sala de laboratório para aula com o professor, de modo que aqueles que não têm a máquina em casa podem usar as que o Departamento oferece para realizar as atividades em EAD.

A implantação de disciplinas semipresenciais cumpre não só uma necessidade, verificada na tendência recente de flexibilização curricular, como também a um imperativo de um curso que visa a formar professores: uma vez que o ensino à distância tem ganhado cada vez mais força no cenário nacional, como alternativa ou suplemento para o ensino presencial, é de suma importância que o aluno também tenha acesso a esse tipo de metodologia de ensino ao longo de sua formação. Mais do que aprender os conteúdos ministrados, o acadêmico precisa, igualmente, aprender a ser um futuro professor apto a atuar nesse formato de ensino.

Por fim, faz-se também necessária uma nota sobre as Atividades Práticas Supervisionadas (APSs). Como pode ser evidenciado pelas tabelas reproduzidas anteriormente, praticamente todas as disciplinas estão de acordo com o regulamento institucional, que prevê que 20% da carga horária de cada disciplina seja direcionada para esse tipo de atividade. Entretanto, como também nos é facultado pelo referido documento, algumas disciplinas, a saber Trabalho de Conclusão de Curso, Projeto Integrador e Estágio Supervisionado Obrigatório, uma vez que se observa a necessidade de maior dedicação, por parte do discente, a atividades da disciplina que não são necessariamente desenvolvidas presencialmente em sala de aula. Para esses casos, contou-se com a necessidade de elaboração de materiais, leituras, elaboração de seminários, ministração de aulas, bem como outras atividades de recaem sob o rótulo de APS.

Em relação às APS destinadas às disciplinas das outras dimensões, houve o cuidado de todos os docentes envolvidos na elaboração deste projeto, ao pensar principalmente os Planos de Ensino, em propor carga horária condizente com a necessidade de atividades de leitura para a realização de pesquisa ou desenvolvimento de práticas docentes oriundas das ementas propostas. Por exemplo, disciplinas com o objetivo de desenvolver conhecimento sobre organização textual, como revisão, que exige grande tempo extra do aluno para aprender a fazer correção/avaliação de texto, têm um número adequado de APS previsto para essas ações. Outra situação que exemplifica

a aplicação coerente e necessária das APS são as disciplinas de Literatura e Linguística, cujas ementas exigem uma gama altíssima de leitura e pesquisa extra classe para que o aluno consiga acompanhar a orientação feita pelo professor em sala de aula. Com isso, as APS, neste Projeto, são um recurso empregado não para complementar calendário, mas com a finalidade primeira, orgânica, de reconhecer que os saberes acadêmicos precisam ser estabelecidos por diferentes relações de aprendizagem e não apenas pela presença de um professor e seus alunos em sala de aula. É necessário que os envolvidos nos processos de ensino/aprendizagem tenham oportunidade de se valer de tempos diferentes para reflexão, dúvida, questionamentos, advindos de suas leituras e pesquisas, tendo o professor e seus colegas, nos momentos presenciais em sala de aula, muito mais para trocas de saberes, provocações de dúvidas, ou seja, para a compreensão de que um professor precisa buscar autonomia de aprendizagem para entender a sua necessidade intrínseca de ter formação continuada. Nesse sentido, as APS são a ferramenta ideal para se pensar um uso adequado para a distribuição de carga horária, que fica assim distribuída:

Tabela 11: Distribuição das disciplinas por período

Primeiro Período	Disciplina	Nº de aulas semanais	Carga horária por semestre	Teóricas		Práticas		Total	
				AT	AP	APCC	APS	CH em horas/aula	CH em horas
	Fundamentos e Crítica da Literatura	4	68	58	10	0	14	82	68,3
	Teorias da Poesia	4	68	58	10	0	14	82	68,3
	Linguística Geral	4	68	58	10	0	14	82	68,3
	Prática de Ensino em Produção Textual	4	68	0	0	68	30	98	81,7
	Linguagem e tecnologia ²⁰	4	68	30	4	34	14	82	68,3
			340	204	34	102	86	426	354,9

²⁰ Até o reconhecimento do curso, esta disciplina será ofertada de modo presencial, ou seja, uma noite por semana, os alunos iniciarão o período às 18h20. Após reconhecimento, a disciplina passará para o formato EaD.

Segundo Período	Disciplina	Nº de aulas semanais	Carga horária por semestre							
				AT	AP	APCC	APS	CH em horas/aula	CH em horas	
	Teorias da Narrativa	4	68	58	10	0	14	82	68,3	
	Origens das Literaturas Portuguesa e Brasileira	4	68	58	10	0	14	82	68,3	
	Fonética e Fonologia	4	68	53	15	0	14	82	68,3	
	Prática de Linguística Aplicada ao Ensino	4	68	0	0	68	30	98	81,7	
	Políticas educacionais	2	34	34	0	0	2	36	30,0	
	História da Educação	2	34	34	0	0	2	36	30,0	
			340	237	35	68	76	416	346,6	

Terceiro Período	Disciplina	Nº de aulas semanais	Carga horária por semestre							
				AT	AP	APCC	APS	CH em horas/aula	CH em horas	
	Literatura Brasileira do Século XIX	4	68	58	10	0	14	82	68,3	
	Literatura Portuguesa do Século XIX	4	68	58	10	0	14	82	68,3	
	Morfologia	4	68	53	15	0	14	82	68,3	
	Leitura em diferentes mídias	4	68	68	0	0	14	82	68,3	
	Psicologia da Educação	3	51	51	0	0	3	54	45	
			323	288	35	0	59	382	318,2	

Quarto Período	Disciplina	Nº de aulas semanais	Carga horária por semestre							
				AT	AP	APCC	APS	CH em horas/aula	CH em horas	
	Didática	2	34	24	0	10	2	36	30,0	
	Teoria do teatro e teatro brasileiro	4	68	58	10	0	14	82	68,3	
	Estudos do texto	4	68	25	5	38	14	82	68,3	
	Sintaxe	4	68	53	15	0	14	82	68,3	
	Linguagem e aprendizagem: aspectos cognitivos	2	34	24	0	10	7	41	34,2	
	Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa	2	34	34	0	34	7	41	34,2	
	Projeto Integrador: tecnologia e trabalho docente	2	34	24	10	14	60	94	78,3	
			340	242	40	106	118	458	381,6	

Quinto Período	Disciplina	Nº de aulas semanais	Carga horária por semestre							
				AT	AP	APCC	APS	CH em horas/aula	CH em horas	
	Literatura Portuguesa do Século XX e XXI	4	68	58	10	0	14	82	68,3	
	Modernismos brasileiros	4	68	58	10	0	14	82	68,3	
	Estudos de discurso	4	68	25	5	38	14	82	68,3	
	Estágio Curricular Obrigatório 1	6	102	0	102	0	20	122	101,7	
	Metodologia de Ensino de Literatura	2	34	34	0	34	7	41	34,2	
	PI: multimodalidade e ensino não presencial	2	34	24	10	0	60	94	78,3	
			374	199	137	72	129	503	419,1	

Sexto Período	Disciplina	Nº de aulas semanais	Carga horária por semestre							
				AT	AP	APCC	APS	CH em horas/aula	CH em horas	
	Prática de ensino em Literatura Infantil e Juvenil	4	68	0	0	68	30	98	81,7	
	Literatura brasileira contemporânea	4	68	58	10	0	14	82	68,3	
	Semântica e pragmática	4	68	58	10	0	14	82	68,3	
	Estágio Curricular Obrigatório 2	6	102	0	102	0	20	122	101,7	
	Prática de Ensino e Variação Linguística	2	34	34	0	34	7	36	30	
	PI: humanidades digitais e literatura	2	34	24	10	0	60	94	78,3	
			374	174	132	102	145	514	428,3	

Fonte: produção própria

Sétimo Período	Disciplina	Nº de aulas semanais	Carga horária por semestre							
				AT	AP	APCC	APS	CH em horas/aula	CH em horas	
	Optativa de Literatura 1	2	34	34	0	0	7	41	34,2	
	Optativa de Linguística 1	2	34	34	0	0	7	41	34,2	
	Literatura comparada	2	34	34	0	0	7	41	34,2	
	Multiletramentos	4	68	53	15	0	14	82	68,3	
	Estágio Curricular Obrigatório 3	6	101	0	102	0	20	122	101,7	
	Libras 1	2	34	24	10	0	2	36	30	
	TCC1	4	68	20	48	0	100	168	140	
			373	199	175	0	157	531	442,6	

Fonte: produção própria

		Disciplina	Nº de aulas semanais	Carga horária por semestre	AT	AP	APCC	APS	CH em horas/aula	CH em horas
Oitavo Período		Filosofia da linguagem	2	34	34	0	0	7	41	34,2
		Prática de ensino em revisão de texto	2	34	0	0	34	30	64	53,3
		Estágio Curricular Obrigatório 4	6	102	0	102	0	20	122	101,7
		Libras 2	2	34	24	10	0	2	36	30
		TCC2	0	0	0	0	0	300	300	250
		Optativa de Literatura 2	2	34	34	0	0	7	41	34,2
		Optativa de Linguística 2	2	34	34	0	0	7	41	34,2
				306	160	112	34	380	645	537,6

Fonte: produção própria

Tabela 12: Resumo da Carga Horária Total

	CH em horas/aula	CH em horas
Total dos períodos	3875	3228,9
Estágio Curricular Obrigatório	488	406,8
Dimensão Pedagógica	1438	1198,4
Dimensão Científico-Cultural ²¹	2559 (- 610 = 1949)	2132,4 (-508,3 = 1624,1)
EaD	364	303,3
Atividades Complementares	-	200
Total	3875	3228,9 (+200 Ativ. Complementar)

Observa-se, assim, a perfeita sintonia entre os preceitos legais e o que aqui se expõe. As disciplinas, em caráter pormenorizado, serão apresentadas na Seção 4.3. Passemos, agora, para os diferenciais da matriz que ora idealizamos.

4.3 DOS DIFERENCIAIS DA PROPOSTA DE MATRIZ

Comparando esta proposta com a matriz vigente para o curso de Letras, vê-se que aspectos como a formação específica em uma única Licenciatura, redução de carga horária, redução de disciplinas por semestre e o oferecimento do curso no período noturno contribuem para diferenciar um curso do outro. Todavia, a perspectiva de mudança

²¹ Para efeito de cálculo da carga horária total, descontam-se 610 horas/aula neste campo que foram consideradas na "Dimensão Pedagógica" pelo fato de 7 (sete) disciplinas pertencerem aos dois campos. São elas: Leitura em diferentes mídias, Estudos do texto, Estudos de discurso, Linguagem e tecnologia e as três disciplinas de projeto integrador.

aventada aqui é propor um curso com características próprias, atrelado às exigências do Ministério da Educação e às necessidades da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, sem esquecer, como pode se ver acima, as demandas da sociedade na qual estamos inseridos – Curitiba e sua região metropolitana –, o que não caracteriza um alheamento da relação que se estabelece com outros cursos de Letras de excelência no país. Assim, ressaltamos, abaixo, dois dos principais diferenciais da matriz aqui proposta: a presença de estudos não apenas de Literatura Africana, como também da construção da identidade e da cultura brasileira pela presença africana no país ao longo de sua formação, e a relação entre ensino, língua e tecnologia.

4.3.1 Africanidades e identidades nacionais

Instituída como obrigatoriedade na educação básica pela Lei 10639, de 9 de janeiro de 2003, que alterou as regulamentações da Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, a história e cultura afro-brasileira são geralmente tratadas, nas matrizes de cursos de Letras, de modo isolado, com escassa articulação com as culturas locais e nacionais com as quais as etnias africanas interagiram quando do seu traslado no período do colonialismo e escravismo. Um exemplo, que caracteriza até mesmo o que é feito em nossa atual matriz, é o ensino de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Trabalha-se com alguns autores de Moçambique, Angola e, às vezes, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Obviamente, é importante o estudo específico de cada manifestação artística dessas literaturas; no entanto, a matriz que ora se propõe apresenta um diferencial, aproximando as Literaturas Africanas das necessárias reflexões sobre a formação do povo brasileiro, mormente, no que tange à herança e luta dos povos africanos que para o Brasil vieram na época colonial, imperial e posterior. Interessa-nos perceber as representações discursivo-culturais das variadas etnias africanas no Brasil por intermédio de várias mídias (literatura, jornais, pintura, escultura, filmes, teatro). Tais reflexões partem de estudos que transcendem apenas o âmbito literário e recaem nos campos da Antropologia, da Sociologia, da História e de uma Estética Afro-Brasileira e, por fim, da Filosofia.

Introduziu-se, na Matriz, disciplina que articula a história do escravismo colonial e imperial e da cultura brasileira, sobretudo, mas não apenas, por meio de textos literários, abordando questões de mestiçagem, aculturação e contribuições do elemento africano

para a identidade nacional. Desse modo, acreditamos que, a partir dos variados discursos sobre as etnias africanas no Brasil, pode-se investigar realmente a elaboração de uma história de articulação tensa, complexa e orgânica entre os elementos fundantes de nossa identidade nacional. A disciplina se encaminhará para investigar um *corpus* variado em que aflorem essas lutas, resistências e hibridismos.

4.3.2 Tecnologia, Linguagem e Sociedade

O uso de Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs em sala de aula é algo que o senso comum tem considerado como favorável e “mais atraente” para a aula, visto que os alunos, à medida que já dominam esse aparato, podem demonstrar mais interesse na aprendizagem. A nova proposta de matriz, sem recair em modismos, pensa o uso da tecnologia, e/ou de uma educação tecnológica, ao longo das aulas como um instrumento contributivo e facilitador das práticas pedagógicas. Entretanto, o professor deve ter domínio do conteúdo para saber veiculá-lo em tecnologias variadas. Tal reflexão ocorre em disciplinas que concatenam o uso da tecnologia como ferramental para o trabalho do docente, e na necessária adaptação desse docente, seja quando uma nova contribuição tecnológica surgir para qualificar e dinamizar o processo de ensino de determinado conteúdo, seja quando o conteúdo da aula está em uma determinada tecnologia não comportada pela infraestrutura da escola. Assim sendo, o compromisso que a Universidade Tecnológica Federal do Paraná carrega em seu próprio nome (de trabalhar a tecnologia, incorporando-a ao ensino, à pesquisa e à extensão) permeia uma área de linguagens que é indissociável, inclusive, das Ciências Humanas, a saber: o trabalho cognitivo de questionar, criticar e adaptar a prática docente diante do universo em que estamos inseridos.

Ressalte-se novamente que o uso da tecnologia na elaboração de materiais didáticos só é pertinente a um curso de Letras quando associado a uma reflexão sobre o verdadeiro papel da tecnologia em determinadas aulas. Em suma, não se pretende ensinar o aluno, futuro professor, a utilizar as tecnologias vigentes, mas, sim, a ser capaz de avaliá-las criticamente, de forma que ele mesmo, em sua prática pedagógica, possa não apenas aplicá-las, mas, tendo em vista as necessidades que se apresentarem, também ser capaz de construir novas tecnologias para contribuir para um ensino mais significativo e eficaz.

O grupo de docentes do futuro Curso de Licenciatura em Letras – Português pretende propiciar ampla discussão sobre as relações entre Tecnologia, Linguagem e Sociedade, tomando a tecnologia, o trabalho e a linguagem como ontológicas e centrais na constituição dos sujeitos. Apenas a título de exemplificação, sob prisma histórico materialista (embasado em Marx, Engels, Lukács, Círculo Bakhtiniano, Heidegger etc.), a passagem do animal ao ser social está centrada na tecnologia, no trabalho e na linguagem. O homem, ser racional, se diferencia dos animais, entre outras coisas, ao produzir a sua existência material por intermédio da tecnologia e da linguagem que o permite entender, denominar, referenciar, conceituar, de múltiplas maneiras, o referente existente. A relação do ser social com as coisas materiais se dá intermediada pela tecnologia e pela linguagem, sendo essas duas dimensões centrais para o homem. Soma-se a isso o fato de as formas de produção da vida material ligarem-se ao processo da vida social, política e intelectual, ou seja, as instituições, as culturas, as tecnologias, em âmbito superestrutural, são influenciadas pela estrutura econômica.

Desse modo, o curso pretende discutir a dimensão substancialista, tanto da tecnologia quanto da linguagem e do trabalho docente, na constituição do sujeito, tendo aí um vínculo orgânico com a Universidade Tecnológica, cujo lema, desde a sua fundação, é “Tecnologia e Humanismo”. Nesse passo, o curso pretende trabalhar a temática Tecnologia, Linguagem e Sociedade como uma constante quando da operacionalização das ementas. Tal relação, rememoremos, possui vínculo com as linhas de pesquisa desenvolvidas no mestrado em Estudos de Linguagem – PPGEL, vinculado ao DALIC.

4.3.3 Disciplinas de Projeto Integrador e Trabalho de Conclusão de Curso

Como já destacado, compete aos cursos de formação de professores preparar profissionais aptos a encarar os novos desafios que o mercado de trabalho impõe, sobretudo no que tange aos novos formatos de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, para aprender a agir sobre esses novos formatos, a pesquisa e a extensão devem ser pilares para o aluno relacionar teoria e prática com o trabalho em sua comunidade. Pensando nisso, foram criadas disciplinas denominadas *Projeto Integrador*, que visam a inserir o aluno, desde a primeira metade do curso, em um contexto não só de reflexão sobre a

prática docente como também de efetiva produção de reflexão e de materiais que poderão ser utilizados em sua futura prática pedagógica, bem como a produção de novos conhecimentos a serem aplicados de forma extensionista em cursos, eventos, entre outros, voltados para os professores da comunidade local. Assim, ao integrar os conhecimentos adquiridos nas etapas que precederam a disciplina, o aluno construirá, nos *Projetos Integradores*, não apenas reflexões pertinentes à prática pedagógica, mas também produtos a serem repassados e avaliados pela sociedade, principalmente, com os professores das escolas parceiras do estágio. Exemplos desses produtos, como o repasse de conhecimento em cursos, minicursos, palestras orientadas, são acrescidos à elaboração de materiais didáticos, objetos virtuais de aprendizagem, materiais voltados a alunos portadores de necessidades especiais, *softwares* para uso na escola básica etc. Assim, mais do que cumprir a legislação, que, conforme a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, assegura, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, as disciplinas de *Projeto Integrador* propiciam a realização de extensão vinculada ao processo de aprendizagem docente, o qual, por sua vez, também se vincula à pesquisa.

Ainda, tais disciplinas, além de contemplar o caráter extensionista voltado para curso de formação, têm como característica fundamental a possibilidade de que os produtos delas decorrentes possam, inclusive, serem aproveitados como tema para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso. Ou seja, da mesma forma, o *Trabalho de Conclusão de Curso* facultará aos alunos não só a elaboração de reflexão crítica teoricamente embasada, mas também a pesquisa e implantação dos produtos aludidos anteriormente, um grande diferencial em relação aos atuais cursos de Letras ofertados no País.

4.3.4 Possibilidade de complementação de curso com outra licenciatura

Ainda que a separação do atual curso de dupla licenciatura, ofertado pela UTFPR, tenha surgido pela necessidade de verticalização dos conteúdos pertinentes à Língua Portuguesa e respectiva Literatura, o que julgamos impossível com a atual formatação do curso, a implantação de uma licenciatura simples não impede que o acadêmico possa, ao final de seu curso, obter diplomação também em Licenciatura em Língua Inglesa. Tal possibilidade é, inclusive, resguardada pela Resolução nº 1, de 18 de

março de 2011, proposta pelo Conselho Nacional de Educação. Nela, são estabelecidas as principais condições para a obtenção de uma nova licenciatura pelos portadores de licenciatura simples: (1) que a carga horária da nova habilitação **tenha, pelo menos, 800 horas e (2) que o Estágio Supervisionado não tenha carga horária inferior a 400 horas.**

Considerando as matrizes curriculares propostas para os cursos de Licenciatura Simples em Língua Portuguesa e em Língua Inglesa/PFOL, observa-se que o número de disciplinas com conteúdo em comum e, portanto, possível de ser “aproveitado” na nova licenciatura, gira em torno de 15. Tais disciplinas englobam aqueles referentes à teoria da Literatura, à Linguística, e à Formação Geral do Professor, podendo, ainda, incorporar aquelas relacionadas à Ensino e Tecnologia. Ressaltamos que as disciplinas oferecidas pelo DEPED, em ambos os cursos, têm configuração exatamente igual.

Com isso, apesar da divisão do curso, ainda estarão contemplados aqueles alunos com real interesse em obter diploma em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e respectivas Literaturas, porém sem o ônus de ter que cursar ambos os cursos a contragosto, como frequentemente acontece na formatação atual.

4.3.5 Educação ambiental

Para atender as *Diretrizes Curriculares Nacionais* no que tange à necessidade de os alunos de licenciatura compreenderem que o professor é agente para formação ambiental, considerando a função social da escola para formar para a cidadania planetária, essa temática será trabalhada ao longo de todo o curso, na forma de temas de estudo de disciplinas como *Políticas Educacionais, Modernismos Brasileiros, Estudos do Discurso, Prática de Linguística Aplicada, Prática de Ensino em Literatura Infantil e Juvenil, Metodologia de Ensino de Literatura e de Língua Portuguesa*, conforme as reflexões desenvolvidas pelos estudos de Ecocrítica.

A educação ambiental ainda será tema recorrente nas atividades que integram a semana acadêmica. Também no Câmpus Curitiba, há uma grande parceria com os professores do Departamento Acadêmico de Estudos Sociais (DAESO), os quais ofertam eventos de extensão voltados para reflexão sobre questões ambientais para todos os alunos do Câmpus.

4.3.6 Outros diferenciais

Como esta nova Matriz é fruto de profunda reflexão a partir de outras matrizes feitas por cursos de Licenciatura de excelência no Brasil, pontuamos outros diferenciais da Matriz, sem pormenorizações desnecessárias. Na essência do curso, estão preocupações com o interdisciplinar, o transdisciplinar e o multidisciplinar. De tal maneira, algumas disciplinas carregam em seus nomes e ementas tais preocupações, conforme podemos observar. Exemplificamos com as disciplinas de *Prática de Ensino e Produção Textual* e *Linguagem visual/virtual e Material Didático*. Tanto no contexto do ensino das Literaturas quanto da Linguística, a interdisciplinaridade é inerente à proposta, visto que a linguagem é tomada tanto em seus aspectos formais e composicionais, constituindo-se como um sistema coerente e específico, quanto em sua articulação com a realidade e outros âmbitos da produção cultural humana. Assim, os estudos sobre a linguagem em seus aspectos literários e linguísticos serão sempre realizados em debate intenso com a História, Filosofia, Economia e Política. As Letras são percebidas em sua especificidade e em unidade na diversidade cultural, reforçando-se a inter e transdisciplinaridade.

Embora não tão explícitas nominalmente, todas as disciplinas de Literatura dedicam carga horária específica a atividades práticas de ensino. Vale ressaltar, ainda, que, no caso da área de Literatura, os alunos precisam de maior reflexão sobre a formação cultural dos povos falantes de Língua Portuguesa. Por conta disso, a carga horária de prática de ensino, nessa área, é, inclusive, superior em 40 horas, visto que é preciso abrir espaço para o aluno realizar leituras de um grande número tanto de obras clássicas quanto contemporâneas a que ele não teve acesso durante a educação básica.

Destaca-se também que, tanto nas disciplinas de Estágio, quanto na metodologia de ensino de Literatura, a perspectiva é de sequência didática aplicada a diferentes abordagens da área, como o Método Recepcional, a Sequência reduzida e Expandida, entre outras, diferentemente do que normalmente acontece na educação básica.

Outro diferencial na proposta diz respeito à disciplina de *Filosofia da Linguagem*. Importante ressaltar que essa disciplina visa a refletir sobre questão de extrema pertinência para as Letras, abordando as articulações e disjunções entre as palavras e as coisas e entre o sujeito e sua identidade linguística. Em outra perspectiva,

há uma preocupação com a flexibilização da carga horária, propondo que o discente opte por disciplinas que mais interessem à sua formação, sem, no entanto, dar uma autonomia excessiva para que o indivíduo se perca e não consiga trilhar uma carreira de professor-pesquisador com o mínimo que se faz necessário. Dessa forma, a Nova Matriz propõe que o aluno opte por disciplinas tanto na área de Linguística, quanto na de Literatura.

Outro aspecto novidadeiro é a redução de carga horária nos dois últimos semestres com o intuito de fazer com que o discente reflita sobre os aspectos teóricos vistos ao longo do curso e os aplique na escrita de seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e nos Estágios com um tempo plausível para seus desenvolvimentos. Assim, primou-se por alocar disciplinas que contribuiriam diretamente para ambos (TCC e Estágio) antes do período de realização destes, de forma a possibilitar ao aluno maior embasamento para se desenvolver e participar desses dois momentos tão essenciais na formação de um profissional engajado com o ensino e a pesquisa, tal como se idealiza aqui.

Por último, mas não menos importante, encontra-se a necessidade de uma carga horária em que o aluno opte por disciplinas de sua preferência, o que se vê frequentemente em diretrizes para cursos de graduação sob o nome de *flexibilidade curricular*. Tal espectro de disciplinas poderia ser muito mais amplo para satisfazer melhor as exigências do Ministério da Educação nas matrizes curriculares para novos cursos de Licenciatura e Letras. Todavia, para não comprometer o planejamento do Departamento, especialmente no que concerne ao número de professores atualmente disponíveis para trabalho na nova matriz, foi pensado um rol mais restrito de disciplinas para não interferir negativamente nas atividades de Pesquisa, Ensino e Extensão, desenvolvidas por nossos professores. Assim sendo, temos disciplinas optativas vinculadas às pesquisas dos professores e às disciplinas do Mestrado em Linguagens e Tecnologia, mas com a parcimônia de um planejamento consistente.

Feitas essas explicações, o ementário com todas as disciplinas que compõem o curso pode ser consultado nos Anexos 01 a 07, ao final deste documento. Passemos, assim, a algumas considerações sobre disciplinas específicas do curso.

4.4 ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Comentado [RCDA1]: Verificar se está em consonância com o Manual de Estágio (um dos anexos).

Uma das principais características de um curso de licenciatura, que o diferencia de um bacharelado, é o tempo dedicado à formação do professor. No ensino de disciplinas que promovem reflexão teórica sobre o papel docente, aliadas a disciplinas de formação mais específica do professor de línguas, encontram-se os Estágios Curriculares Obrigatórios, unidades de ensino em que o discente tem oportunidade de desenvolver as competências próprias ao exercício de sua futura profissão, além de tomar conhecimento da conjuntura escolar e educacional que o cerca.

Conforme apregoado no Capítulo 1, Art. 1º da Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, entende-se por estágio o

ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de ensino superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Dessa forma, o Estágio deve fazer parte do Projeto Pedagógico do Curso, bem como integrar o percurso formativo do educando.

Com vistas ao desenvolvimento do acadêmico para a vida cidadã e para o trabalho, resguardado pela pelo Art. 13, § 3, Resolução CNE/CP nº1, de 18 de fevereiro de 2002, o Estágio Obrigatório deve

ser realizado em escola de educação básica, e respeitado o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, deve ser desenvolvido a partir do início da segunda metade do curso [de graduação] e ser avaliado conjuntamente pela escola formadora e a escola de campo de estágio.

Considerando o dispositivo legal reproduzido e a duração de 8 (oito) semestres para o curso ora proposto, estabeleceu-se a necessidade de realização do Estágio a partir do 4º período letivo, sendo dividido, assim, em 4 (quatro) disciplinas, conforme explicitado mais adiante. Em conjunto, essas unidades curriculares visam a:

- I. facilitar a inserção do estudante no mundo do trabalho;
- II. promover a articulação da UTFPR com o mundo do trabalho;
- III. facilitar a adaptação social e psicológica do estudante à futura prática profissional do estudante [sic]. (UTFPR, 2008, Art. 3º)

Ainda em consonância com os dispositivos legais, a carga horária total dedicada às atividades de estágio, considerando as 4 disciplinas aludidas anteriormente, é de 400

horas, conforme instituição da Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002. Desse modo, de forma a atender todos os requisitos ministeriais e institucionais, as disciplinas de Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Licenciatura em Letras – Português estão assim distribuídas:

Comentado [RCDA2]: Mudou. Ver qual a nova Legislação.

Quadro 2: As disciplinas de Estágio Curricular Obrigatório

Disciplina	Período	Carga horária total (AT+AP+APS)	Descrição
Estágio 1	5º	122 horas/aula	O aluno realiza apenas o estágio na área de Língua Portuguesa, preferencialmente, nas séries finais do Ensino Fundamental ou no Ensino Médio. Faz um período de observação na escola formadora de, no mínimo, 12 h/a, e assume a regência de 2 h/a de projeto planejado em dupla para 4h/a dessa atividade. Completa a carga horária desse período de estágio participando dos encontros agendados em horário de ensino com o professor de estágio, organizando projetos, planejamentos, material didático para regência e elaborando relatório. A escola formadora poderá ser pública ou privada.
Estágio 2	6º	122 horas/aula	O aluno realiza estágio na área de Literatura de Língua Portuguesa, preferencialmente, nas séries finais do Ensino Fundamental ou no Ensino Médio. Faz um período de observação na escola formadora de, no mínimo, 12 h/a, e assume a regência de 2 h/a de projeto planejado em dupla para 4h/a dessa atividade. Completa a carga horária desse período de estágio em Língua Portuguesa participando dos encontros agendados em horário de ensino com o professor de estágio, organizando projetos, planejamentos, material didático para regência e elaborando relatório. A escola formadora poderá ser pública ou privada. Preferencialmente, se o aluno realizou a disciplina de Estágio no Ensino Fundamental, recomenda-se que realize a de Estágio 2 no Ensino Médio e vice-versa.
Estágio 3	7º	122 horas/aula	O aluno realiza o estágio articulando os conteúdos de Língua Portuguesa e Literatura, no Ensino Fundamental e/ou Médio, e escola pública ou privada. Faz um período de observação na escola formadora de 16 h/a, e assume a regência de 2 h/a de projeto planejado em dupla para 4h/a dessa atividade. Completa a carga horária desse período de estágio participando dos encontros agendados em horário de ensino com os professores de estágio, organizando projetos, planejamentos, material didático para regência e elaborando relatório.
Estágio 4	8º	122 horas/aula	O aluno realiza o estágio articulando os conteúdos de Língua Portuguesa e Literatura, no Ensino Fundamental e/ou Médio, e escola pública ou privada. Faz um período de observação na escola formadora de 16 h/a, e assume a regência de 2 h/a de projeto planejado em dupla para 4h/a dessa atividade. Completa a carga horária desse período de estágio

			participando dos encontros agendados em horário de ensino com os professores de estágio, organizando projetos, planejamentos, material didático para regência e elaborando relatório.
--	--	--	---

Fonte: produção própria

Considerando-se a especificidade desse componente curricular, integram diretamente o Estágio: a) o *professor de estágio*, que ministra a disciplina; b) o *professor orientador*, que orienta as atividades a serem executadas pelos estagiários no período de regência; e c) o *professor formador*, que pertence à instituição concedente do espaço para a realização do Estágio. As atribuições específicas de cada integrante podem ser consultadas no *Regulamento de Estágio da UTFPR*, bem como no *Manual de Estágio Supervisionado de Letras*, anexo ao final deste documento.

Ainda que sejam figuras com funções diferentes, o professor de estágio poderá, por vezes, ser também o professor orientador. Além disso, conforme facultado pelo Capítulo III do *Regulamento de Estágio da UTFPR*, o Estágio “será realizado em organizações públicas, privadas ou do terceiro setor, que apresentem condições de proporcionar experiência prática na área de formação do estudante”, mas também “poderá ser realizado na própria UTFPR”, no Ensino Médio com Técnico Integrado.

No que concerne à avaliação do estagiário, o aluno será avaliado pelo professor orientador, pelo professor de estágio e pelo professor formador em todos os processos e etapas do estágio. Seu grau será semestral, composto por avaliação do seu comprometimento ético com as atividades e com a escola formadora, além da avaliação da produção dos documentos, material didático e relatório final.

4.5 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Alinhado à perspectiva de formação de professores-pesquisadores, conforme exposto anteriormente neste Projeto, o Curso de Licenciatura em Letras – Português oferece disciplinas que têm como objetivo principal o desenvolvimento do espírito de pesquisa como prática para solução de problemas no campo de conhecimento em que o curso se insere. Entre essas disciplinas, estão as chamadas Trabalho de Conclusão de Curso 1 e 2, objeto desta seção.

O Trabalho de Conclusão de Curso (doravante TCC) compõe o rol de unidades curriculares obrigatórias para obtenção do diploma de Licenciado em Letras, sendo

Comentado [RCDA3]: Ver se está de acordo com manual de TCC (não recebi para anexar a este documento).

regulado por dois documentos: o *Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso para os Cursos de Graduação da UTFPR*²², e o *Manual de Trabalho de Conclusão de Curso* específico para o curso de Letras, elaborado pela equipe de professores do Curso, conforme prerrogativa do Art. 30º do Capítulo VI do referido Regulamento, que faculta às coordenações de curso o estabelecimento de “normas operacionais complementares para as atividades de TCC”.

No entendimento de ambas as diretrizes, compreende-se que o TCC tem por objetivos:

- I - Desenvolver a capacidade de aplicação dos conceitos e teorias adquiridas durante o curso de forma integrada, por meio da execução de um projeto de pesquisa.
- II - Desenvolver a capacidade de planejamento e disciplina para resolver problemas dentro das diversas áreas de formação.
- III - Despertar o interesse pela pesquisa como meio para a resolução de problemas.
- IV - Estimular o espírito empreendedor, por meio da execução de projetos que levem ao desenvolvimento de produtos, os quais possam ser patenteados e/ou comercializados.
- V - Intensificar a extensão universitária, por intermédio da resolução de problemas existentes nos diversos setores da sociedade.
- VI - Estimular a construção do conhecimento coletivo.
- VII - Estimular a interdisciplinaridade.
- VIII - Estimular a inovação tecnológica.
- IX - Estimular o espírito crítico e reflexivo no meio social onde está inserido.
- X - Estimular a formação continuada. (UTFPR, 2006, Capítulo I, Art. 1º)

Para atender tais objetivos, a elaboração do TCC no Curso de Letras compreende duas disciplinas: **TCC1, cuja carga horária é de 20 horas/aula de Atividades Teóricas (AT), 48 horas/aula de Atividades Práticas (AT) e 100 horas de Atividade Prática Supervisionada (APS), e TCC2, cuja carga horária se dá integralmente em forma de APS, contabilizando 300 horas.** Tais disciplinas são oferecidas aos alunos da Licenciatura em Letras no 5º e 6º períodos. As ementas das disciplinas são as seguintes:

- **TCC1:** Elaboração de pré-projeto de pesquisa. Emprego de normas da ABNT e da UTFPR. Qualificação de pré-projeto.
- **TCC2:** Elaboração e defesa de monografia de conclusão de curso.

²² Disponível em: http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prograd/legislacao/utfpr-1/regulamento_tcc_utfpr.pdf

Para melhor operacionalização das disciplinas, o coordenador do curso indica um Professor Responsável, cujas incumbências incluem:

- i. organizar o andamento e o calendário dos trabalhos em todas as etapas de produção, o que inclui, entre outras atribuições, a apresentação, para os alunos, de todos os documentos balizadores das disciplinas, a co-orientação, no que tange à formatação especial do trabalho acadêmico, dos projetos em fase de elaboração, e a avaliação do aluno conforme desempenho ao longo das disciplinas;
- ii. providenciar documentação referente à qualificação (para TCC1) e defesa (para TCC2);
- iii. organizar a biblioteca eletrônica de monografias.

Paralelamente ao Professor Responsável, o discente também é acompanhado e assistido pelo Professor Orientador, função assumida por qualquer professor efetivo da UTFPR, desde que lotado no Câmpus em que o aluno está regularmente matriculado. Esse professor é responsável por auxiliar no desenvolvimento do trabalho em todas as suas fases, mediante encontros de orientação periódica, em datas acordadas juntamente com seu orientando. Compete também ao Professor Orientador indicar os dois demais membros para avaliação do Projeto de Pesquisa, em TCC 1, e para a banca pública de avaliação final a que o discente é submetido ao final de TCC2, sendo ele mesmo o terceiro avaliador.

No que concerne à avaliação na disciplina de TCC 1, conforme Art. 17 do Regulamento de TCC da UTFPR, os projetos de pesquisa são avaliados com base nos seguintes critérios: I. relevância da área do curso; II. exequibilidade e cronograma de execução; III. viabilidade. Para lograr aprovação na disciplina, o aluno deve: I. ter frequência igual ou superior a 75% nas atividades programadas pelo Professor Responsável e pelo Professor Orientador; II. apresentar projeto de pesquisa escrito, conforme as normas da UTFPR; III. ter seu projeto aprovado por banca examinadora constituída para esse fim.

Já para a disciplina de TCC 2, a aprovação se dá mediante: I. frequência mínima de 75% sobre o total de aulas ministradas; II. elaboração e entrega de monografia, segundo diretrizes da UTFPR; III. defesa e aprovação em seminário público de

apresentação do trabalho final, a ser avaliado por banca constituída especialmente para essa finalidade.

Quanto à carga horária diferenciada para as disciplinas de TCC, ainda que outras disciplinas tenham como objetivo explícito ou implícito oferecer ao aluno oportunidades para o desenvolvimento de comportamento científico (tais como os *Projetos Integradores*), é essencialmente com o TCC que o estudante aprende a se valer de instrumentalização para pesquisa, uma vez que a disciplina de Metodologia de Pesquisa, comumente presente em cursos de graduação, foi incorporada ao TCC1. No caso das licenciaturas, a elaboração de trabalhos de conclusão de curso tem ainda outro peso, pois durante toda a carreira do magistério, o docente deverá pesquisar constantemente acerca de sua prática e ser intrinsecamente um professor pesquisador: aprende-se a fazer pesquisa, pesquisando.

Defende-se, aqui, que o aluno adquira autonomia para desenvolver pesquisa na graduação, a fim de dirimir possíveis percalços para dar continuidade à sua formação. Por isso, a proposta, neste projeto, é de ampliação da carga horária para o desenvolvimento do TCC, oportunizando mais tempo de contato com orientadores, para que o estudante tenha mais espaço para realizar uma reflexão crítica e sistemática acerca de um determinado tema, colocando em dúvida concepções acerca da realidade, para além da simples coleta e análises de dados, geralmente, sem vínculo coerente com um amontoado de referências bibliográficas. Ou seja, é preciso valorizar a disciplina de TCC como um espaço essencial para a formação do pesquisador e não apenas como o momento de se ensinar técnicas de pesquisa.

4.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A Resolução CNE/CES 492, de 03 de abril de 2001, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Letras, é enfática ao ressaltar o caráter cultural do campo das Letras:

O objetivo do Curso de Letras é formar profissionais culturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro.

Acresce-se a isso o fato de que

a área de Letras, abrigada nas ciências humanas, põe em relevo a relação dialética entre o pragmatismo da sociedade moderna e o cultivo dos valores humanistas. Decorre daí que os cursos de graduação em Letras deverão ter estruturas flexíveis que:

- facultem ao profissional a ser formado opções de conhecimento e de atuação no mercado de trabalho;
- criem oportunidade para o desenvolvimento de habilidades necessárias para se atingir a competência desejada no desempenho profissional;
- deem prioridade à abordagem pedagógica centrada no desenvolvimento da autonomia do aluno;
- promovam articulação constante entre ensino, pesquisa e extensão, além de articulação direta com a pós-graduação;
- propiciem o exercício da autonomia universitária, ficando a cargo da Instituição de Ensino Superior definições como perfil profissional, carga horária, atividades curriculares básicas, complementares e de estágio.

Em função do exposto, observa-se a importância da participação do discente em Atividades Complementares (ACs) que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos e profissionais. Essas atividades, conforme nos instrui o *Regulamento das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação da UTFPR*, em seu Art. 2º, têm por objetivo enriquecer o processo de ensino-aprendizagem privilegiando:

- a complementação da formação social, humana e profissional;
- atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo;
- atividades de assistência acadêmica e de iniciação científica e tecnológica;
- atividades esportivas e culturais, além de intercâmbios com instituições congêneres.

Pela orientação para o caráter humano e social do aluno, que não pode ser preterido em função das atividades científico-culturais e de formação do professor, as ACs constituem componente curricular obrigatório no percurso de graduação do acadêmico e devem ser realizadas, conforme Capítulo II, Parágrafo Único do referido Regulamento, “preferencialmente aos sábados ou no contraturno do aluno, não sendo justificativa para faltas em outras disciplinas/unidades curriculares”.

No curso aqui proposto, tais atividades são validadas pelo Coordenador do Curso, de acordo com os parâmetros instituídos pelo Regulamento institucional, sendo observados dois aspectos: a compatibilidade das atividades desenvolvidas com os objetivos do curso em que o acadêmico estiver matriculado, bem como sua relevância, e o número total de horas dedicadas a cada tipo de atividade.

Visando a uma formação que realmente desenvolva os três eixos supracitados (humano, social e profissional), as ACs estão divididas em três grandes grupos: 1. Atividades de complementação e formação social, humana e cultural; 2. Atividades de cunho comunitário de interesse coletivo; 3. Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional. O aluno precisa, assim, cumprir atividades dos três grupos, ficando condicionado ao máximo de 30 pontos para atividades do primeiro e segundo grupos, e a 40 pontos para o terceiro. Para aprovação e validação dos 200 créditos de ACs, o aluno deverá obter, na soma de todos os grupos, pelo menos 70 pontos.

4.7 AVALIAÇÃO

O item de avaliação não será pormenorizado aqui, pois é o NDE do curso de Letras que institui as formas mais pertinentes de avaliação. Entretanto, segue-se aqui o instituído pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, obedecendo às normas e procedimentos pedagógicos estabelecidos em seu regimento. Nesse sentido, o método de avaliação de aprendizagem é parte integrante do processo de ensino, o que não desrespeita a avaliação do desempenho escolar feita em cada disciplina, conforme sua necessidade e especificidade, incidindo também sobre a frequência e o rendimento escolar. A frequência mínima de 75% às aulas e demais atividades acadêmicas é obrigatória, vedado o abono de faltas afora os casos previstos em lei. Ainda conforme o regulamento, considerar-se-á aprovado o aluno cujo desempenho seja igual ou superior à nota 6,0 em cada disciplina.

5 INFRAESTRUTURA PARA OFERTA DO CURSO

5.1 QUADRO DE DOCENTES

O Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação (DALIC) tem, em seu quadro atual (atualizado em abril de 2015), 36 professores efetivos e 01 substituto. Entre os efetivos, 75% já detém titulação de Doutor e 11% estão em fase de doutoramento, totalizando 86% do corpo docente. Se considerarmos, entretanto, apenas os professores que atuam especificamente no Curso de Letras, esse percentual aumenta: 84% do quadro é formado por doutores, enquanto 8% está completando seu doutoramento, totalizando 92% do corpo docente. A relação de professores aptos a atuar no novo curso, bem como sua titulação, área de formação e regime de dedicação podem ser visualizados no Anexo 9 ao final deste documento.

Comentado [RCDA4]: Atualizar números

5.2 Relação Do Curso com a Pesquisa

É necessário que um currículo de graduação e as relações entre teoria e prática estejam articuladas com a pesquisa. Quando tal dimensão se efetiva, capacita o discente a desenvolver pesquisa, instrumentalizando-o teoricamente, sem menosprezar tais aspectos e a própria pesquisa como elementos basilares da formação do futuro professor. De tal maneira, a pesquisa deve ser entendida como uma ligação entre o professor, dedicado à educação, e o conjunto de conhecimentos teóricos, técnicos e pedagógicos produzidos na área, seus distintos modos de produção, bem como instância de reflexão sobre a realidade.

Dito de outro modo, a visão do curso de Licenciatura em Letras sobre a pesquisa é a de que ela é uma instância crucial do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que o tripé teoria-prática-reflexão ancora-se não apenas na produção do conhecimento, mas também na mediação deste entre discentes, docentes e sociedade. Dessa forma, o curso é elaborado com o intuito de fazer os futuros professores serem professores, pesquisadores e professores-pesquisadores, contribuindo com os segmentos da sociedade em que está direta e indiretamente envolvido e, fundamentalmente, tornar a atividade de pesquisa um elemento do cotidiano da prática docente, seja em nível de pós-graduação, na atuação como professor ou na própria vida cotidiana.

Nesse sentido, o currículo da Licenciatura Letras – Português da UTFPR tratará da dimensão da pesquisa por meio de disciplinas voltadas para a especificidade da formação de um professor preocupado com ela. Tal concepção só é pertinente numa dinâmica de trabalho científico, de forma geral, e pesquisa científica na área, subsidiando o aluno para a elaboração de seu trabalho de conclusão de curso. Nessa etapa, o aluno terá a maturidade de pesquisa almejada para desenvolver estudos em nível de pós-graduação e/ou optar por permanecer no ensino de base, sem deixar de compreender a importância da pesquisa. Assim, o aluno optará por qual tipo de pesquisa desejará desenvolver em sua atividade profissional, ou até mesmo relacionar as duas.

Para além do caráter instrumental, a pesquisa se insere dentro das disciplinas do curso, de modo transversal, interdisciplinar e em múltiplas perspectivas. Isso porque toda disciplina demanda espírito de pesquisa, seja no levantamento de dados, na construção do raciocínio metodológico ou na análise empírica do universo em que está inserido. Como produção científica resultante disso, podem ser observados seminários, artigos, participações em congressos de cunho acadêmico e eventos internos produzidos pelos estudantes, sem deixar de lado as iniciativas como PIBIC (Programa de Iniciação Científica) e, fundamentalmente, o PIBID (Programa de Iniciação à Docência), que oportunizam ao aluno a opção de receber uma bolsa de estudos para desenvolver pesquisa acadêmica voltada para suas maiores aptidões: a teoria, a relação com outros campos do conhecimento e com a própria sociedade, ou com a educação.

No que tange à realização de trabalhos de conclusão de curso, serão articulados diversos níveis de conhecimentos, num conjunto que compreende desde teorias, métodos e técnicas de pesquisa na área das ciências humanas, sociais e da educação, até a elaboração do trabalho em si, com o aporte de um orientador. Tais procedimentos ambientam e preparam os discentes para o âmbito de pesquisa *lato e stricto sensu*.

Paralelamente, o curso dispõe de Grupos de Pesquisa, pormenorizados abaixo, certificados pela instituição e cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e vinculados ao Programa de Pós Graduação em Estudos da Linguagem – PPGEL. Assim sendo, o aluno que optar por permanecer desenvolvendo pesquisa nesta universidade, na área de Letras – Português, terá tal oportunidade. A contrapartida oferecida pelo DALIC é um grupo coeso de professores pesquisadores, em maioria, quase absoluta, portadores da titulação de Doutor, com projetos de pesquisa apresentados à Universidade, grupos de estudos para atividades extraclasse, iniciação científica e iniciação à docência, além de

reciprocidade nas relações com os professores do curso de comunicação, atuantes nesse Departamento e em interface com o curso de Comunicação. Tais aspectos e reflexões demonstram que a pesquisa permeia todas as etapas do curso, desde o primeiro período, nas disciplinas de base teórica, como também nas atividades extraclasse, que permitem o diálogo mais aproximado entre professor e aluno fora da sala de aula, e a própria consciência de que a verdadeira pesquisa é a que se desenvolve ao longo de toda a vida do professor-pesquisador.

5.2.1 Grupos de Pesquisa e Grupos de Estudo lotados no Departamento proponente

O curso de Letras possui quatro grandes grupos de pesquisa registrados no CNPQ:

a) Estudos da Linguagem

Linhas de pesquisa:

- Análise Linguística
- Linguagem
- Ensino e Pesquisa.

Líderes do grupo: Paulo Juarez Rueda Strogenski e Luciana Pereira da Silva

b) (Des)caminhos da modernidade ao contemporâneo: estudos em literatura e outras linguagens

Linhas de pesquisa:

- Estudos Pós-Coloniais
- Literatura e História
- Literatura e outras linguagens
- Literatura Infantil e Juvenil

Líderes do Grupo: Rogério Caetano de Almeida e Naira de Almeida Nascimento

c) Grupo de Pesquisa em Linguística Aplicada (GRUPLA)

Linhas de pesquisa:

- Estudos teórico-aplicados sobre a articulação entre as práticas de leitura, escrita e análise linguística no ensino de Língua Portuguesa;
- Letramentos: processos de formação do sujeito leitor-produtor de textos.

Líderes do Grupo: Maria de Lourdes Rossi Remenche e Nívea Rohling

Há também vários grupos de estudos atrelados aos grupos de pesquisas:

Comentado [RCDA5]: Inserir grupo da Alice

a) Núcleo de Pesquisa sobre Línguas de Sinais – Coordenação: Prof. Dr. Rossana Finau. Núcleo constituído por um grupo que tem como objetivo organizar uma linha (com grupo de estudos) para desenvolvimento de pesquisas na área da surdez e linguagem, com o intuito de investigar e descrever a organização das línguas de sinais, bem como o processo de aquisição de linguagem por pessoas surdas. Atividade vinculada ao Grupo de Pesquisa “Estudos da Linguagem”.

b) A Ficção Histórica Paranaense – projeto desenvolvido pela Prof. Dr. Naira de Almeida Nascimento, que tem por objetivo fazer um estudo da produção de textos narrativos ficcionais, elaborados a partir de episódios, personagens e temas atinentes à história paranaense. A atividade está vinculada ao Grupo de Pesquisa “Discursos Luso-Brasileiros sobre Trabalho, Tecnologia e Identidades Nacionais”.

c) Centro de Estudos de Gramática: Análise e Ensino – Coordenação: Prof. Dr. Andréia de Fátima Rutiquewiski Gomes/Participantes: acadêmicos do curso de Letras. As discussões desse Centro estão voltadas para: (i) A análise, nos diferentes níveis, de aspectos gramaticais das línguas naturais; (ii) As relações entre os estudos gramaticais e o ensino-aprendizagem de línguas, vinculado ao Grupo de Pesquisa “Estudos da Linguagem”.

d) Grupo de Estudos de Linguística Formal – sob a coordenação do Prof. Dr. Roberlei Alves Bertucci e vinculado ao Grupo de Pesquisa “Estudos da Linguagem”. O Grupo objetiva oferecer um espaço de discussão e pesquisa sobre a estrutura formal

das línguas naturais, especialmente com relação à sintaxe, à semântica e à pragmática do português brasileiro. O Grupo se propõe a atender os alunos interessados na área como auxílio para sua formação acadêmica.

e) Pós-Colonialismo, Feminismo e Teorias Afins – coordenado pelo Prof. Dr. Márcio Matiassi Cantarin e vinculado ao Grupo de Pesquisa “Discursos luso-brasileiros sobre Trabalho, Tecnologia e Identidades Nacionais”. O almejado pelo grupo é buscar instrumental teórico que forneça suporte para leitura literária com vistas a perceber como se afiguram nos textos as representações das situações de opressão e das lutas emancipatórias, quaisquer que elas sejam.

f) O Estranho, o Fantástico e o Grotesco: estudos sobre os gêneros – sob a coordenação do Prof. Dr. Rogério Caetano de Almeida. Os estudos do grupo se pautarão nos teóricos canônicos sobre o estranho, figurando entre eles, por exemplo, Sigmund Freud com seu famoso texto homônimo, que sugere, paradoxalmente, algo familiar como estranho; o conceito de “estranhamento” artístico, adotado na crítica literária a partir de V. Chklóvski, para nos distanciar do modo como apreendemos o mundo, ou seja, singularizar a obra de arte, tal qual toda a modernidade o faz, seja em estudiosos das mais diferentes perspectivas, como Baudelaire, Mallarmé, Auerbach e até Adorno.

g) Tradução em foco: estudos de teorias contemporâneas em Tradutologia – coordenação da Prof.^a Dr.^a Paula Ávila Nunes, vinculado ao grupo de pesquisa “Estudos da linguagem”. Estuda as vertentes contemporâneas dos estudos da tradução que tomam por base uma concepção discursiva de língua, visando à ampliação do escopo de formação dos alunos de Licenciatura em Letras da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

h) Literatura infantojuvenil e formação do leitor: A representação discursiva do trabalho e da tecnologia – coordenação da Prof.^a Dr.^a Alice Atsuko Matsuda, vinculado ao grupo de pesquisa “Discursos sobre Tecnologia, Trabalho e Identidades Nacionais”. A pesquisa analisa as representações discursivas dos universos do trabalho e da tecnologia na literatura infantojuvenil. O objeto é inédito, pois há pouquíssimos trabalhos. A intenção é levar ao aluno uma visão da articulação texto/contexto. As mediações do universo literário serão vistas pela AD e estética da

recepção. Dentro do contexto de uma universidade tecnológica e de uma sociedade tecnocrática, o tema tecnologia é premente em Letras.

i) Grupo de Estudos de Percepção e Tecnologias da Fala – coordenação do Prof. Dr. Gustavo Nishida, vinculado à pesquisa homologada "Percepção e tecnologias da fala: grupo de estudos e discussões teóricas e experimentais" (PR_2196). Nesse projeto de pesquisa, tem-se como objetivo geral discutir o que vem a ser a percepção da fala e testar as propostas teóricas disponíveis na literatura especializada. O foco dos estudos e debates são as teorias de percepção da fala e como elas podem ser testadas e implementadas a partir de um diálogo com as tecnologias. Cabe salientar que a criação de um grupo de estudos com essa temática é inédita nas universidades federais do Brasil.

5.3 RELAÇÃO DO CURSO COM A EXTENSÃO

Ante a indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão, que se reflete diretamente na relação com a qualidade dos cursos de graduação, a Extensão é vista como a possibilidade de oferecimento à congregação universitária da UTFPR, à comunidade em torno da Universidade e ao próprio município de Curitiba, o conjunto de conhecimentos desenvolvidos nas atividades de pesquisa e ensino, bem como em outras atividades realizadas no curso pelos seus alunos e professores.

Das atividades de extensão, fazem parte:

- **Projetos de Extensão:** Correspondem a projetos de pesquisa, atividades práticas profissionalizantes, culturais ou técnico-científicas que envolvam docentes e discentes em atividades sistematizadas, podendo ou não envolver a comunidade local.
- **Eventos de Extensão:** Correspondem a palestras, congressos, seminários, fóruns que possam ou não ser abertos à comunidade local.
- **Cursos de Extensão:** Cursos voltados para ampliação dos conhecimentos acadêmicos, com carga horária mínima de 8 horas, não devendo ultrapassar 200 horas de atividades.

Nesse sentido, a extensão na UTFPR desenvolverá canais que permitam conhecer e aprender com a sociedade sobre suas potencialidades, anseios e demandas por

conhecimentos ou tecnologias. Indo além, a extensão deverá garantir mecanismos para que a sociedade possa debater continuamente as ações da universidade. Os programas de extensão deverão, tendo em vista o panorama social assim conhecido, disponibilizar à sociedade os conhecimentos e tecnologias desenvolvidos/avaliados na universidade; propor novas reflexões e práticas; promover o desenvolvimento cultural e constituir-se em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implementação de políticas públicas.

Para demonstrar como tais iniciativas se efetivam no Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação, descreveremos os projetos do PIBID, dos quais participamos em dois projetos.

5.3.1 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)

O PIBID, projeto institucional fomentado pelo Governo Federal, tem como característica fundamental estimular os alunos a se inserirem em sala de aula com acompanhamento do professor que já está em atividades nas escolas públicas e, ao mesmo tempo, com formação teórica, dicas, debates, discussões, trocas de experiências e aplicações de novas metodologias supervisionadas pelos professores formadores do Departamento.

No PIBID de Língua Portuguesa, duas professoras pesquisadoras – Prof^a. Dr^a. Nívea Rohling e Prof^a. Dr^a. Andreia de Fatima Rutiquewiski Gomes – desenvolvem um projeto de aplicação de sequências didáticas que privilegiam o entendimento da língua como elemento fundamental para um amadurecimento da leitura de mundo. Para além dessa criticidade, o trabalho contribui para que o estudante se faça sujeito de seu aprendizado, transpondo o que ensina também para seu papel como aluno e futuro professor-pesquisador.

No PIBID Interdisciplinar, o Prof. Dr. Rogério Caetano de Almeida desenvolve trabalho em conjunto com outros três departamentos: Departamento Acadêmico de Física, Departamento Acadêmico de Matemática e Departamento Acadêmico de Língua Estrangeira Moderna. Esse trabalho, um dos poucos interdisciplinares do país, visa a estimular a criticidade dos alunos exatamente no que se coloca como um dos principais elementos de alienação na contemporaneidade: a tecnologia. Tal tema gerador concatena

diferentes campos do conhecimento para efetivar um trabalho interdisciplinar nas escolas públicas da região, escolhidas, todas, por seu IDEB.

O intuito é o de auxiliar as escolas de regiões carentes e sem infraestrutura adequada, levar formação teórica aos professores atuantes nessas escolas, colocar a Universidade e suas reflexões teóricas em contato com a realidade, contribuindo para a modificação desta e, por último, formar graduandos em Letras que tenham sólido conhecimento da Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas, mas que também aprendam a dialogar com outros campos do conhecimento e que estejam, desde seu curso de graduação, inseridos em algumas das realidades sociais e laborais em que irão atuar como profissionais.

Os servidores mencionados estão à frente do Projeto, no entanto, a postura democrática que predomina na condução da administração do Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação (DALIC) faz com que os supervisores sejam substituídos bianualmente. Vale mencionar também que as Bolsas do PIBID contribuem para que nossos discentes não se desestimulem a continuar no curso por motivos financeiros, bem como por não conhecerem a realidade de sala de aula.

5.4 ADMINISTRAÇÃO DO CURSO

Uma vez que, quando da aprovação do curso aqui proposto, o mandato dos atuais Coordenadores de Curso, membros do Colegiado do Curso e do Conselho Departamental já terá chegado ao fim, as seções que seguem apresentam apenas as incumbências de cada função, sem designar nomes específicos. O preenchimento das funções dar-se-á mediante eleição e/ou indicação, segundo cada caso, em momento imediatamente anterior à implantação do novo curso.

5.4.1 Coordenação do Curso

A Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras – Português é exercida por um docente lotado no Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação – DALIC, cujo regime de trabalho seja de dedicação exclusiva, e que tenha grande experiência no ensino superior, tendo seu nome encaminhado em lista tríplice para escolha por parte do Diretor-Geral do Câmpus por meio de portaria específica. O Coordenador de Curso é entendido, no âmbito da Universidade, como Gestor Pedagógico, do qual se espera o

compromisso com o investimento na melhoria da qualidade do curso, tendo em conta as dimensões didática, pedagógica, administrativa e política, mediante o exercício da liderança ética, democrática e inclusiva, que se materialize em ações propositivas e proativas. O período de exercício do Coordenador é de dois anos e a ele são atribuídos também os seguintes encargos:

- i. garantir o cumprimento das normas institucionais, em consonância com a Chefia de Departamento Acadêmico;
- ii. congregar e orientar os estudantes e atividades do curso sob sua responsabilidade;
- iii. controlar e avaliar, em conjunto com o Colegiado do Curso, o desenvolvimento dos projetos pedagógicos e da ação didático-pedagógica no âmbito do curso;
- iv. coordenar a elaboração e divulgar à comunidade os planos de ensino das disciplinas do seu curso;
- v. coordenar o processo de planejamento de ensino no âmbito do curso;
- vi. coordenar a elaboração de propostas de alteração e a atualização curricular do curso;
- vii. coordenar as atividades relacionadas aos componentes curriculares constantes nos projetos pedagógicos dos cursos;
- viii. propor cursos de formação continuada;
- ix. zelar pelas questões disciplinares dos estudantes;
- x. acompanhar e orientar o docente nas questões didático-pedagógicas;
- xi. subsidiar a Chefia de Departamento Acadêmico quanto à alocação dos docentes nas disciplinas;
- xii. coordenar as ações relacionadas ao reconhecimento e à renovação de reconhecimento do curso;
- xiii. propor à Secretaria de Gestão Acadêmica, em consonância com a Chefia de Departamento Acadêmico, o Plano Anual de Metas do Curso;
- xiv. solicitar e encaminhar os documentos acadêmicos, inclusive os de resultados de avaliações de ensino, nas datas estabelecidas no calendário acadêmico;
- xv. coordenar as atividades relacionadas com os processos de avaliação externa dos estudantes;
- xvi. propor, com a anuência da Chefia de Departamento Acadêmico e nos termos da política institucional, a contratação dos docentes ou a alteração da jornada de trabalho destes no âmbito do Departamento;

- xvii. participar, com a Chefia do Departamento Acadêmico, da avaliação de pessoal docente e administrativo no âmbito do Departamento;
- xviii. definir, com a Chefia do Departamento Acadêmico, as áreas de conhecimento a serem supridas e o perfil dos docentes a serem contratados no âmbito do Departamento;
- xix. coordenar, em consonância com a Chefia de Departamento Acadêmico, o processo de matrícula;
- xx. atuar na divulgação do curso;
- xxi. promover a articulação entre as áreas de seu curso com outras Coordenações de Curso e Departamentos Acadêmicos;
- xxii. controlar e avaliar o desempenho dos monitores, no âmbito do seu curso.

5.4.2 Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso é um órgão consultivo para os assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com as diretrizes da UTFPR. Segundo Resolução nº 015/2012 – COGEP de 22 de maio de 2012, inserida nas diretrizes, deverão constituir o Curso de Licenciatura em Letras – Português:

- o Coordenador do Curso como presidente;
- o professor responsável pela atividade de estágio;
- o professor responsável pelo trabalho de conclusão de curso;
- o professor responsável pelas atividades complementares;
- os docentes eleitos pelos seus pares e seus respectivos suplentes que ministrem aulas ou tenham atividades relacionadas com as áreas específicas do curso, de acordo com regras definidas por cada Coordenação no regulamento de eleição;
- no mínimo 1 (um) representante discente regularmente matriculado no curso, com seu respectivo suplente, indicado pelo órgão representativo dos alunos do curso, e na ausência deste, pelo coordenador do curso.

O mandato dos membros eleitos terá duração de dois anos. Compete ao Colegiado dos Cursos (Art. 4º, Processo nº 006/12 – COGEP – documento este inserido nas diretrizes):

- i. analisar e emitir parecer sobre os planos de ensino das disciplinas do curso;
- ii. propor os critérios para afastamento e licença dos docentes nas áreas específicas do curso, quando não houver Conselho Departamental, respeitadas as regras existentes na Instituição;
- iii. propor aos Órgãos Superiores da Instituição o estabelecimento de convênios de cooperação técnica e científica com instituições afins, com a finalidade de desenvolvimento e capacitação no âmbito do curso;
- iv. auxiliar a Coordenação de Curso na implantação e execução do Projeto Pedagógico de Curso (PPC);
- v. dar suporte à Coordenação de Curso, sempre que solicitado, na tomada de decisões relacionadas às atribuições desta;
- vi. propor e apoiar a promoção de eventos acadêmicos do curso;
- vii. auxiliar a Coordenação de Curso nas avaliações relacionadas aos processos de regulação do curso;
- viii. auxiliar a Coordenação de Curso na definição das áreas de contratação de docentes do curso;
- ix. acompanhar e orientar os docentes do curso nas questões didático-pedagógicas;
- x. auxiliar a Coordenação de Curso no planejamento de ensino;
- xi. elaborar a lista tríplice de indicação da Coordenação de Curso;
- xii. indicar os membros do NDE;
- xiii. propor, à Coordenação de Curso, procedimentos e pontuação para avaliação de Atividades Complementares;
- xiv. propor os procedimentos referentes ao Evento de Avaliação de Estágio Curricular Obrigatório;
- xv. encaminhar as propostas de alterações no Projeto Pedagógico do Curso aos conselhos superiores da UTFPR.

5.4.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O NDE é um órgão consultivo da Coordenação de Curso, responsável pelo processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do

Curso. Em conformidade com o Art. 2º da Resolução nº 009/12–COGEP, inserida nas diretrizes, deverá ser assim constituído:

- i. pelo Coordenador de Curso, como seu presidente;
- ii. por, no mínimo, 5 professores em regime de dedicação integral, pertencentes ao corpo docente do curso, garantindo-se, preferencialmente, a representatividade das áreas do curso e de docentes que participaram do Projeto Pedagógico do Curso, desde que pelo menos 60% dos membros do NDE tenham titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, dando preferência para aqueles portadores do título de doutor.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

- i. contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- ii. zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- iii. indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- iv. zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

5.4.4 Conselho Departamental

O Conselho Departamental do DALIC foi instituído oficialmente em março de 2011. De acordo com seu regulamento, trata-se de um órgão deliberativo e consultivo que trata das questões relativas ao Departamento. Segundo a Resolução 073/12 – COGEP, inserida nas diretrizes, em seu artigo 1º, “é um órgão propositivo, no âmbito de cada Departamento Acadêmico, responsável por assessorar administrativamente a chefia de departamento”.

5.4.5 Capacitação do Corpo Docente e Administrativo

Considerando-se que todas as ações decorrentes de projetos pedagógicos devem objetivar a formação de um profissional cujo perfil foi explicitado anteriormente, deve

ser enfatizada a necessidade da formação continuada do corpo docente e do técnico-administrativo. As ações destinadas a garantir a continuidade da formação de pessoal estão definidas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

A UTFPR mantém seu compromisso com a qualificação de seu quadro docente e técnico-administrativo, tanto no aspecto humano quanto profissional, permitindo sua evolução no contexto de uma sociedade globalizada, em que o ser humano possa tornar-se o elemento gerador de ações positivas e éticas, capitalizando seu desenvolvimento tanto em benefício próprio, como também da comunidade.

O desenvolvimento dos servidores deve ser considerado como um processo permanente, que contribui para aperfeiçoamento de seus desempenhos, a fim de se tornarem pessoas mais criativas e inovadoras.

Além dos mecanismos existentes na Instituição relacionados com a capacitação do corpo docente (licenças para pós-graduação e licenças capacitação), há, no Departamento, preocupação constante com os cursos pelos quais é responsável. Assim, existem coordenadores e coordenadores substitutos, além de professores coordenadores de área, que promovem reuniões constantes para troca de experiências e acompanhamento das dinâmicas de ensino que estão sendo utilizadas.

5.4.6 Avaliação do corpo docente

Para assegurar que a concepção de avaliação se efetive na prática, não só no que diz respeito ao acompanhamento do modo como o aluno evolui em sua aprendizagem, como também da qualidade da formação propiciada, o Curso também será alvo de avaliação constante. Seja utilizando os resultados do processo de avaliação formal e sistemática, realizada sob coordenação institucional (NDE, Colegiado, Comissão Própria de Avaliação), seja levando em consideração os resultados das avaliações externas e as contribuições de professores e alunos, no que se refere à operacionalização e/ou reformulação do currículo, o Curso estará em permanente processo de avaliação, buscando sempre o seu aperfeiçoamento e a sua adequação aos novos tempos e às novas necessidades que os movimentos da sociedade vão impondo.

Com isto, buscar-se-á evitar a consolidação de um curso caracterizado pelo simples consumo dos produtos da ciência já constituída, pois, ainda que esteja assentado

em sólidos princípios científicos, o foco está em construir um curso que tenha como marca fundamental a transformação, a reflexão adensada sobre as práticas já realizadas e a consequente produção de conhecimento de novo.

Além das práticas de avaliação institucionais previstas como Comissão Própria de Avaliação e Avaliação do Docente pelo Discente, a Coordenação do Curso promove reuniões constantes de Colegiado, com representação discente, em que as demandas dos alunos são sempre inseridas nas pautas e discutidas. Também há contato constante entre a Coordenação e os representantes discentes de turma, que, por vezes, auxiliam nas tomadas de decisões referentes ao curso.

Institucionalmente, a avaliação de desempenho utilizada atualmente e desenvolvida pela coordenação de recursos humanos é realizada através do Sistema de Avaliação Institucional (SIAVI). As avaliações permanecem em banco de dados próprio, sendo processadas pela Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação - DIRGTI. Os resultados são divulgados aos Departamentos Acadêmicos/Coordenações de Curso após o término do semestre letivo, para que os alunos não se sintam inibidos ao avaliar seus atuais professores.

Além da avaliação pelos discentes, os docentes são avaliados pela Chefia do Departamento, tendo em vista os seguintes critérios:

- i. Assiduidade e Pontualidade;
- ii. Formação / Atualização Continuada: participação em eventos com certificado de frequência; participação em cursos de atualização e/ou estágios e/ou exercício de atividade profissional externa relevante na área específica de sua disciplina/conteúdo ministrado; participação em cursos de pós-graduação; participação em bancas de estágio, monografia de final de curso, mestrado, doutorado;
- iii. Fator Funcional–Pedagógico: orientação de trabalhos/estágios; desenvolvimento de material didático [*softwares*, livros etc.] e/ou aplicação de novas metodologias de ensino; participação em reuniões do Departamento e/ou grupo de disciplina; entrega da documentação acadêmica nos prazos estabelecidos;
- iv. Fator de Produção Institucional: participação em grupos de trabalho, comissões, bancas de concursos públicos, processos seletivos e colegiados; participação em eventos como apresentador ou como palestrante, representando a Instituição, ou

com apresentação de trabalho ou similar; desenvolvimento de projetos de interesse do Departamento ou Coordenação e/ou da Instituição, em convênio ou não; publicações em geral.

5.4.7 Avaliação institucional

A avaliação institucional é de responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação (CPA), composta por membros da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, formando um colegiado. Tem o objetivo de planejar e executar a avaliação institucional no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), estabelecido pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004.

As Instituições de Ensino Superior (IES) são avaliadas em três momentos: 1) avaliação institucional (autoavaliação e avaliação externa); 2) avaliação dos cursos e 3) Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE). É responsabilidade da CPA executar a autoavaliação institucional. A avaliação institucional externa, de cursos e o ENADE são executados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), vinculado ao MEC.

Além disso, os acadêmicos são consultados, semestralmente, para avaliação do grau de satisfação relativamente aos mais diversos setores da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

5.4.8 Acompanhamento de egressos

O acompanhamento de egressos realizado pela UTFPR tem como principais objetivos:

- i. propiciar à UTFPR o cadastramento dos principais empregadores dos nossos egressos, bem como um cadastro atualizado dos nossos ex-alunos;
- ii. desenvolver meios para a avaliação e adequação dos currículos dos cursos, através de indicadores provindos da sociedade e especialmente dos ex-alunos.
- iii. criar condições para a avaliação de desempenho dos egressos em seus postos de trabalho.

- iv. criar indicadores confiáveis para a avaliação contínua dos métodos e técnicas didáticas e conteúdos empregados pela instituição no processo ensino-aprendizagem;
- v. dispor de informações atualizadas dos nossos ex-alunos, objetivando informá-los sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pela Instituição.
- vi. disponibilizar aos nossos formandos as oportunidades de emprego, encaminhadas à GEREC por parte das empresas e agências de recrutamento e seleção de pessoal.

5.5 Biblioteca

A Biblioteca do Câmpus Curitiba constitui uma área total de 1.894 m², sendo mais de 700 m² para área de estudos, resultando em capacidade para 381 leitores sentados, para seis salas de estudos reservadas para grupos de até quatro pessoas, para 1 cabine para PcD/PNE com acervo em Braille e computador com *scanner* e *software* DosVox e para 120 módulos individuais de estudo, com mesa e cadeira. Já a biblioteca da sede Ecoville conta com cerca de 422 m² e capacidade para 163 leitores sentados. São cinco cabines para quatro pessoas e uma cabine para estudo em grupo de até 8 pessoas.

Em relação à conectividade, segundo relatório disponibilizado pela Biblioteca da UTFPR, são 25 computadores disponíveis na Biblioteca Central, Câmpus Curitiba, e mais seis na biblioteca da sede Ecoville. Tais máquinas (em processo de substituição pela solução Sun, da Oracle) permitem acesso à internet e consulta ao Portal da Capes, além do próprio acervo disponível na Instituição. Para o uso de *notebooks*, a UTFPR disponibiliza infraestrutura de tomadas especiais e pontos de conexão para internet sem-fio, com acesso controlado via configuração de Proxy.

A área do acervo na sede central da Biblioteca é composta por quase 500 m² e, desses, a área de Linguística e Letras conta com 13.547 exemplares de 4.376 títulos diferentes. A área de Ciências Sociais Aplicadas, também relacionada ao curso ora proposto, conta com 5.436 títulos, e a de Humanas, com 3.094 títulos diferentes, perfazendo um total entre as áreas de quase 37 mil exemplares. Destaca-se que esses dados são de grande variabilidade, uma vez que a biblioteca sofre constantes alterações

em função da atualização do acervo. Além disso, cabe observar que tais dados são específicos do Câmpus Curitiba (central e Ecoville); porém, o total do acervo da biblioteca, contemplando todos os *campi* da UTFPR, ultrapassa os 60 mil exemplares de obras em diversas áreas do conhecimento, além do acervo de periódicos com 800 títulos e mais de 12 mil fascículos, distribuídos de acordo com as grandes áreas do conhecimento, instituídas pelo Ministério da Educação. Os títulos disponíveis em bibliotecas de outros *campi* também podem ser emprestados aos alunos da sede central mediante solicitação ao bibliotecário.

Além do acervo físico, a Biblioteca Central conta também com acesso a bancos de dados de teses e dissertações, aos livros eletrônicos da IEEE, do MIT, da Ebsco e Ebrary, além da consulta às normas técnicas da ABNT e à base de periódicos *Ebsco Source Premier*. Tais acessos possibilitam baixar livros e artigos de periódicos na íntegra, bem como consultar bases de dados referenciais e textuais. A biblioteca possui ainda parcerias e convênios com a *Rede Pergamum*, Repositórios *DSpace* – IBICT, Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN) – IBICT e a Biblioteca base experimental do Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT) – IBICT.

5.6 Laboratórios

Uma vez que o curso de Letras prioriza o aprendizado através de leituras em livros, jornais, revistas e fontes diversas, necessita de laboratórios de microinformática para a realização de atividades de pesquisa, aprimoramento e atualização de conhecimento. Para tanto, os laboratórios de microinformática oferecidos pelo Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação, do Câmpus Curitiba, poderão ser usados pelos professores e alunos do curso de Letras em todos os turnos.

Quadro 3: Laboratórios mantidos pelo DALIC

NOME DO LABORATÓRIO	DESCRIÇÃO
Laboratório de microinformática – DALIC – sala ES01	24 computadores e tela interativa
Laboratório de Microinformática – DALIC – sala A205	24 computadores e tela interativa
Ilha de edição – Sala ES01	3 computadores
Laboratório de fotografia	4 câmeras fotográficas profissionais

Fonte: produção própria

Comentado [RCDA6]: atualizar

Além dos recursos dos laboratórios, os alunos também dispõem de 03 computadores com acesso à Internet na sala ES01, e mais 03 na sala A204.

Sob responsabilidade de gerenciamento do Departamento Acadêmico de Línguas Estrangeiras Modernas, os alunos também poderão usufruir do Laboratório de Fonética, localizado no Bloco N, que conta com computadores e cabine acústica para gravação e análise de materiais de áudio.

Para reuniões e trabalhos com grupos sem necessidade de computadores, o DALIC dispõe, também, da sala A204, que, dividida em três espaços distintos, já atende os grupos de pesquisa e as orientações de PIBID. Um dos espaços comporta até 20 alunos e outro, até 15 alunos. Reuniões setoriais e departamentais também acontecem nessa sala ou na própria sala de reuniões dentro do Departamento. Há uma indicação do Câmpus de que a sala A206 será usada pelo DALIC nos próximos semestres para os encontros de estágio e para as aulas dos cursos de pós-graduação do Departamento.

5.7 SALAS DE AULAS, SALAS DE ESTUDOS E AUDITÓRIOS

O Câmpus Curitiba dispõe de 64 salas de aula, sendo: 6 salas de 20 lugares; 1 sala de 25 lugares; 5 salas de 40 lugares; 44 salas de 44 lugares; 1 sala de 50 lugares; e 7 salas de 60 lugares.

Além dessas, os acadêmicos podem utilizar, para estudo, os seguintes ambientes: sala de estudos da Biblioteca; sala 24 horas; outras salas de aula, desde que autorizados pelo assistente de alunos.

A Instituição conta ainda com Anfiteatro, capaz de acomodar 450 pessoas, Miniauditório, com capacidade de 150 lugares, e Sala de Videoconferência com suporte para 40 pessoas.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 11.184, de 7 de outubro de 2005.** Dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11184.html. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2014.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 21 dez. 1996. Disponível em: <<http://www.consumidorbrasil.com.br/consumidorbrasiltextos/legislacao/19394.htm>>. 04 de setembro de 2014.

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

_____. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de Estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

_____. **Decreto nº 6.090, de 24 de abril de 2007.** Altera a composição e aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CCT, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6090.htm. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

_____. Ministério da Educação. **Boletim de resultados do Censo Escolar.** Disponível em: http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/boletins-com-

os-resultados-consolidados-da-prova-brasil-2009-por-escola-estao-disponiveis. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de dezembro de 2007**. Reorganização da carga horária mínima dos cursos de Formação de Professores, em nível superior, para a Educação Básica e Educação Profissional no nível da Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pcp009_07.pdf. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002**. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES182002.pdf>. Acesso em 04 de setembro de 2014.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **CNE/CES nº 18, de 25 de agosto de 2011**. Resolução sobre abertura de curso de Letras. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~costa/resolucoes/res_16182011.pdf. Acesso em 04 de setembro de 2014.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **CNE/CES nº 492, de 03 de abril de 2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em 04 de setembro de 2014.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 01, de 18 de junho de 2007**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

_____. Ministério da Educação e INEP. **SAEB/Prova Brasil 2011** – primeiros resultados. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/resultados/2012/Saeb_2011_primeiros_resultados_site_Inep.pdf. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Escassez de professores no Ensino Médio**: propostas estruturais e emergenciais. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escassez1.pdf>. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

_____. Ministério da Educação. **Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura**/Secretaria de Educação Superior. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior, 2010. 99 p.

_____. INEP. **Sinopse Estatística da Educação**. 2013. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/>. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Seed/Sude/Diplan. Coordenação de Informações Educacionais. **Boletim de Resultados do Senso Escolar**, publicado em 2014. Disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/Censo/boletim_censo_escolar_ed6.pdf. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

NOVOA, António. **Entrevista**. Disponível em: http://www.tvbrasil.org.br/saltoparaofuturo/entrevista.asp?cod_Entrevista=59. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 5ª edição. Record: Rio de Janeiro, 2001.

UNESCO. **Education for all**: Global Monitoring Report. 2011. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/ED/pdf/gmr2011-efa-development-index.pdf>. Acesso em 04 de setembro de 2014.

UTFPR. **Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI – 2013-2017)**. Disponível em: http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/couni/processos/PDI20132017/VERSAO26122013_aprovado_COUNIMEC.pdf. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

_____. **Diretrizes Curriculares para os cursos de Bacharelado E Licenciatura da UTFPR**. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/proreitorias/prograd/legislacao/utfpr-1/bacharelado/dircurriculares.pdf>. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

_____. **Estatuto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná**. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/documentos-institucionais/estatuto-1/Estatuto%20da%20UTFPR.pdf>. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/dircom/noticias>

[/noticias/link/versao-preliminar-do-pdi-2013-2017/view](#). Acesso em: 04 de setembro de 2014.

_____. **Regulamento das atividades complementares dos cursos de graduação da UTFPR.** Disponível em: http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prograd/legislacao/utfpr-1/regulamento_atividades_complementares.pdf. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

_____. **Regulamento das atividades práticas supervisionadas da UTFPR.** Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prograd/legislacao/utfpr-1/regulamentoaps.pdf>. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

_____. **Regulamento de Estágio da UTFPR.** Disponível em: http://www.utfpr.edu.br/servidores/estagio-interno/Regulamento_Estagio_UTFPR.pdf. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

_____. **Regulamento de Organização Didático-Pedagógica da UTFPR.** Disponível em: http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prograd/legislacao/copy_of_REGULAMENTODAORGANIZACAODIDATICOversAalteracoesfinais052013.pdf. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

_____. **Regulamento de TCC da UTFPR.** Disponível em: http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prograd/legislacao/utfpr-1/regulamento_tcc_utfpr.pdf. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

_____. **Projeto Político Pedagógico (PPI) da UTFPR.** Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/documentos-institucionais/projeto-politico-pedagogico-institucional-1/projeto-politico-pedagogico-institucional/view>. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

_____. 2009. **Estatuto da UTFPR.** Aprovado pela Portaria SESu nº 303, de 16/04/2008, publicada no DOU, de 17/04/2008. Alterado pelas Deliberações do Conselho Universitário: nº 08/2008 de 31/10/2008; e nº 11/2009 de 25/09/2009. **2009e.** Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/documentos-institucionais/estatuto-1/Estatuto%20da%20UTFPR.pdf>. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

_____. 2010. Conselho de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação. **Resolução nº 112/10-COEPP, de 29 de novembro de 2010.** Estabelece o Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Graduação da UTFPR. **2010a.** Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prograd/legislacao/utfpr-1/bacharelado/regulamentoodpcursosgraduacao.pdf-2>. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

_____. Resolução nº. 112/10-COEPP, de 29 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prograd/legislacao/utfpr-1/bacharelado/regulamentoodpcursosgraduacao.pdf-2>. Acesso em: 04 de setembro de 2014.